

Presidente da Mesa: ... Pedia apenas que quando iniciasse a intervenção, se podia dizer o nome, para ficar na gravação. Muito bem, se não se importar. Peço apenas para que diga o nome no início, para constar da gravação.

Maria das Dores Ribeiro (Elemento do público): Boa noite a todos. Boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Junta, Srs. Membros da Junta, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, Srs. Fregueses. O meu nome é Maria das Dores Ribeiro.

Presidente da Mesa: Penso que as substituições são estas que constam aqui da folha. Eu vou ler as substituições de imediato: quem substitui Manuel Fonseca Costa Costa é Pedro Rodrigues; Gonçalo Silvério Marques é substituído por Maria Carvalho Ferreira; Isabel Lourenço é substituída por João Sousa; Maria Teresa Almeida é substituída por Fernanda Paredes.

Peço desculpa pela interrupção. Faça favor.

Maria das Dores Ribeiro (Elemento do público): Então, mais uma vez, boa noite, já cumprimentei as pessoas.

O meu nome é Maria das Dores Ribeiro, e eu vinha pôr as seguintes questões: no âmbito do protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia de Belém, segundo o qual a Câmara Municipal de Lisboa delega competências na Junta de Freguesia de Belém para promover todas as ações que garantam o cumprimento das ações contratadas, bem como a execução pontual das intervenções assumidas, designadamente na execução do Plano de Acessibilidades Pedonal, no total de quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e treze euros (452.213€), que vão ser oportunamente transferidos – ou já foram (desconheço).

Portanto, as nossas questões são as seguintes: na especialidade, queríamos saber se vão ser feitas obras de intervenção para reduzir o trânsito na Rua Gonçalo Velho Cabral, que não foram contempladas pela Câmara Municipal de Lisboa. Vão ser feitas? O que é que a Junta pensa sobre isto?

Outra sugestão que temos é repintar a passadeira da Rua Tristão Vaz com a Rua de Caselas.

Na generalidade, o que gostávamos de saber é a calendarização da execução e os custos associados das três intervenções previstas no protocolo. E queríamos também ter acesso aos relatórios de execução que, segundo o protocolo, são quinzenais, creio eu.

Outras questões que nos preocupam, é a colocação de semáforos no cruzamento da Avenida das Descobertas com a rua que contorna ????. É muito difícil a entrada. E portanto, achamos que a colocação de semáforos facilitaria a entrada na Avenida das Descobertas.

Outra questão que estamos cansados de pôr é a questão do muro do cemitério que dá para a Rua Conselheiro Martins de Carvalho. Não haverá possibilidade de fazer um protocolo com o Continente para que eles pintem o muro, na medida em que aquele edifício – aquilo é competência da Câmara, não é competência da Junta, e há anos que andamos a pedir a pintura do muro, e não se consegue. Não haveria hipótese de se fazer um protocolo com o Continente, com contrapartidas, para fazer essa pintura?

Também se propõe ao Executivo que passe a conter no Boletim Informativo eventos e propostas de atividades futuras. Constatamos que o Boletim tem muita informação sobre atividades que já foram concretizadas. É uma proposta no sentido de colocarem os eventos que se irão desenvolver proximamente.

Também realçamos que, no Boletim, há uma forte incidência do Executivo da Junta, que desvaloriza o trabalho de equipa.

Outra questão que também já pusemos é a questão da divulgação das Assembleias de Freguesia no *site* e no *Facebook*, bem como documentos de gestão da Junta de Freguesia.

Outra questão que já pusemos é a questão da poda dos plátanos. Soube, com alguma mágoa, que parece que a Câmara Municipal de Lisboa insiste também em plantar plátanos nas zonas que vai recuperar, na zona de Lisboa. Eu creio que os plátanos não provocam alergias, mas potenciam as pessoas que já têm alergias. Ora, esta freguesia é uma freguesia extremamente envelhecida. Portanto, todos nós, com a poluição e com as sensibilidades que já temos, da idade, era bom que essas árvores fossem podadas de forma significativa, para evitar a queda de folhas, que no outono é significativa, por forma a que provocam um passeio extremamente escorregadio, e acrescenta, além de as árvores terem um grande porte, os passeios estão desnivelados e dificultam o passeio pedonal.

Por fim, não queria deixar de felicitar o Presidente da Mesa da Assembleia pelo seu novo cargo, e felicitá-lo tanto mais que foi por concurso. Os meus parabéns.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Obrigado. Dava agora a palavra, se faz favor.

Carlos Reis (Elemento do público): Boa noite. Carlos Reis, sessenta e oito anos, nascido no Bairro de Belém, criado no Bairro de Belém, e salvo aquele bocadinho em que estive em Angola, e depois trabalhei lá fora – gostava de ter o dom de palavra que a senhora tem, e tanta calma como a senhora tem, eu não tenho, porque é assim: hoje mesmo foi declarado o Dia do Animal. Também há muita coisa aqui que eu não percebo: a esquerda está no lado direito, e a direita está no lado esquerdo. Isto também não vai demorar muito; isto, aos poucos, o Costa está a dar cabo disto tudo. Ainda bem que ???, assim ao menos posso falar.

Outra coisa que me desagradou: eu venho aqui poucas vezes, porque quando venho aqui enervo-me, e tal. Hoje, por exemplo, cheguei, e aquela senhora, que é

empregada da Junta, mais a outra senhora, que estão ali à porta, pareciam dois cães. Então, uma empregada da Junta não tem direito a ter a chave da porta para entrar?

Presidente da Mesa: Vai-me desculpar, mas não pode usar esses termos. Está a insultar as senhoras.

Carlos Reis (Elemento do público): Não estou a insultar, estou a dizer aos senhores o mau trabalho que prestam, que o senhor já esteve lá na Assembleia – eu conheço-o bem, eu vejo televisão – duas funcionárias da Junta têm que estar aqui à espera que alguém abra a portinha para entrar?

Passando ao segundo ponto: há dois anos, inscrevi-me para o cabaz de natal. Pois, não arranjei ali logo maneira, esqueci-me de vir à Junta, às vezes nem podia, recebia cento e oitenta e nove euros (189€), chegou o Passos Coelho e ainda me roubou onze euros e tal, fiquei com cento e setenta e dois euros e tal, nem tinha dinheiro para ir às Finanças, pediram-me um papel, mas tinha que pagar. No ano a seguir, a mesma coisa. Mas agora, vou ali ao ReFood, e qualquer dia vejo lá o Cristiano Ronaldo, com o Ferrari dele, ou com o helicóptero, a levar saquinhos para casa dele; mas para mim, não há, porque estamos a dia 22, e ainda não tive resposta sobre o pedido de apoio para o cheque – que agora é um cheque. Não me levem a mal, mas eu gostava que fizessem qualquer coisa.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Depois vai ter resposta. Há uma terceira intervenção. Sim, se faz favor.

Vítor Fino (Elemento do público): Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Membros.

A questão é a seguinte: há dias vi em Caselas, no terminal de autocarro da Carreira 32, uns papéis afixados do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, a denunciar que aqui na Junta de Freguesia – esta Junta de Freguesia – tinham vários trabalhadores precários. O que eu queria saber era quantos existem, e que solução também existe para os passar, de facto, a efetivos. Porque, na verdade – e isto é uma preocupação – não há vida com precariedade no trabalho; não há. Portanto, essa é a questão. Se, de facto, corresponde àquilo que veio no Boletim, que a Junta de Freguesia tem cerca de duzentos trabalhadores – creio que é esse o número, cerca de duzentos – eu quero saber quantos são precários, e, de facto, o que é que se vai fazer para que eles deixem de ser precários. Portanto, esta era a primeira questão.

A segunda questão é, de facto, falar aqui de uma situação recorrente, que é o Boletim, o Boletim da Junta. O Boletim da Junta, a única coisa de qualidade que tem é o papel; o papel é bom. Se me dissessem se aquele papel se recomendava para editar uma revista qualquer, sem dúvida, papel de primeiríssima qualidade. O seu conteúdo, uma nulidade, para não dizer outra coisa. Bom, a questão é, de facto: reparo que neste último Boletim temos dez fotografias do Presidente da Junta. Doze? Veja lá que eu já nem sei contar, doze. Eu já sei, porque já ouvi noutras

sessões, que a explicação para isso é porque ele trabalha muito. E eu fico cheio de medo quando vejo tantas fotografias, e digo: “Aqui está um mouro de trabalho.” Na verdade, é injusto, mas irá certamente para o *Guinness Book* como o Presidente de Junta mais fotogénico. É que, repare: esta questão é uma questão fundamental. Repare, por exemplo: este senhor que antes esteve aqui a falar, este senhor, quer dizer, ele pode dizer as coisas à maneira dele, não tem outra forma, mas há ali muita verdade naquilo que ele disse. E esta é a freguesia que temos, de facto. E esta é a freguesia que tem a Presidência da República, tem o Ministério da Defesa, e tem o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, tem quatro museus (o da Ecologia, o dos Coches, o da Marinha, e falta-me outro agora), que tem a Torre de Belém, que tem o Mosteiro dos Jerónimos, que tem o grande Belenenses, que é o quarto clube do país – quer dizer, isto não é brincadeira. Isto não é um brinquedo, isto não é um brinquedo, isto não é um comboio elétrico; o Sr. Presidente da Junta não está a brincar com um comboio elétrico, nem com nenhum jogo de computador. Não pode ser, isto não pode ser. Não se pode andar aqui a entreter os fregueses com Boletins de Junta a dizer nada. Não pode ser, não pode ser.

Por exemplo, em Caselas, está lá mobiliário urbano para arranjar há uma data de tempo, e ninguém quer saber. Talvez para o ano, quem sabe, que é ano de eleições. Por exemplo, ainda agora – eu tive muita pena, que não estive na última Assembleia de Freguesia, mas teve aqui um discurso, por aquilo que li na ata, na senda daquilo que este senhor acabou de dizer. Ora, isto é a freguesia. A freguesia não é só o Bairro dos Ricos, que têm grande poder de compra; todos constituímos a freguesia. Esta gente tem que ter atenção, não é fazer boletins de papel caro. Por aí, não vamos a lado nenhum, de certeza absoluta.

Em Caselas, por exemplo, há um problema semelhante ao que existe na Avenida da Ilha da Madeira ??? na Rua da Igreja e na Rua Padre Reis Lima. Podem lá pintar as riscas que quiserem, da cor que quiserem – amarelo, lilás, cinzento, castanho – que aquilo não muda nada. Não muda nada. E há que fazer alguma coisa. E se não se fizer nada, provavelmente um dia destes vamos ter um desgosto ali. Por exemplo, eu, duas vezes que estou a tirar as coisas do porta-bagagens do meu carro, e uns tipos, que é na primeira casa da curva, os tipos descrevem a curva, apanham-me a mim ali, com um carro a vir em sentido contrário, a tirar as coisas da mala do carro; se tiver, de facto, que bater em alguma coisa, não vai bater contra o carro que vem em contramão; vai bater é em mim, de certeza absoluta. E ainda agora aconteceu, há hora e meia. Ora, isto tem que se tratar; quer dizer, não podemos andar aqui a fingir, e a brincar ao faz de conta, porque, de facto, isso não leva a lado nenhum.

Para terminar, só para dizer uma coisa: parece que o seu Partido, Sr. Presidente de Junta, tem dificuldade em arranjar um candidato para a Câmara de Lisboa. Eu sinceramente lhe digo: candidate-se. Candidate-se. Vou pensar seriamente em votar no senhor. Sabe por quê? Estou farto de si, o senhor não faz nada aqui.

Boa noite. Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Vamos passar às respostas, à informação que o Presidente da Junta de Freguesia queira dar sobre as questões que foram colocadas.

Vítor Fino (Elemento do público): Só uma coisinha que me esqueci. Posso? Permite-me? É o seguinte: a Junta de Freguesia ofereceu um veículo à Polícia de Segurança Pública. Eu espero bem que esse veículo ajude, de facto, a fazer a fiscalização do trânsito, quanto mais não seja isso, porque, de facto, se não temos iluminação de natal, que já no ano passado não houve, e tal, e por aí fora, mas temos Boletins caros, então que tenhamos, pelo menos, de facto, a Polícia a fazer aquilo que é a sua finalidade.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Obrigado. Faça favor. Tem que falar ao microfone, para poder ficar gravado, e diga outra vez o seu nome.

Carlos Reis (Elemento do público): Este senhor, que acho que é do Partido Comunista, o próprio senhor que faz parte da Mesa, que é do Partido Comunista – Carlos Reis, morador do Bairro de Belém, nascido e criado – este senhor, que faz parte da Mesa, e que é do Partido Comunista Português – eu só sou de esquerda, não sou de Partido nenhum – mas este senhor, que faz parte desta Mesa, também esteve ali fora à espera que se lembrassem de abrir a porta. Isto não é possível.

Presidente da Mesa: Dou a palavra ao Presidente da Junta, para responder.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, público. Muito obrigado por estarem hoje aqui nesta Assembleia de Freguesia, fico muito contente com isso. Em nome do Executivo, esta é a prova mais do que vista de que, de facto, as pessoas gostam de participar nas atividades aqui da freguesia, e a vossa presença aqui, tão animada, vem dar testemunho disso mesmo. E isso também, para nós, é muito estimulante, cada vez mais, para levarmos para a frente os nossos propósitos, porque, realmente, gostamos que as pessoas intervenham dessa forma, de uma forma muito acutilante e vernácula, de maneira a que nos alertem para algumas situações que, às vezes, nós não tenhamos visto, e que possamos emendar em alguns casos, e fazer aquilo que consideramos correto. Mas, muito obrigado pela vossa participação, que para nós é muito estimulante. Muito obrigado. E a prova é que, realmente, estão a participar, e estão cá todas as vezes, e isso para nós é muito importante. Muito obrigado.

Quanto à questão de que já falaram várias vezes, de estarem duas funcionárias lá fora, à espera para abrir a porta: meu caro amigo, isto é como tudo na vida: com certeza, se está marcado para as nove da noite, para em princípio se iniciar – o prazo regulamentar é às nove e meia, quem não sabe os regulamentos, devia sabê-los. Vem aqui, não é obrigado a saber, mas antes de falar, para não dizerem, às vezes, algumas questões que podem ser consideradas – não gostava de dizer “disparates”, mas coisas que não são verdade... Isto é às nove da noite, as Sras. Funcionárias da Junta receberam indicação para estar aqui às nove da noite.

Estava cá a minha assessora, Dra. Ana Moniz, a abrir a porta às nove. Estava cá a Dra. Ana Moniz, com o Dr. Luís Costa, às nove (nove e um, se calhar), estavam cá nessa altura a abrir a porta às funcionárias. Portanto, isso é mentira. Foi às nove horas, que era quando estava combinado cá estar. Desculpe lá, eu não lhe admito que esteja agora a interromper, que agora eu estou a falar. Não estou para dialogar consigo.

Presidente da Mesa: Eu peço desculpa, deixem-me só... Eu espero que a forma como se começou esta Assembleia de Freguesia não nos impeça de fazer o nosso trabalho. Portanto, eu apelo a que exista... Não tem de sair, e todas as intervenções são bem vindas. Só para concluir: todas as intervenções são bem vindas. Eu acho que nós tivemos nos últimos três anos... Eu peço para que as pessoas se respeitem. O senhor também, no início – e ainda não pediu desculpa às duas pessoas – insultou duas pessoas. O senhor insultou duas pessoas na sua intervenção – duas senhoras, disse que se comportavam como dois cães que estavam à porta. Isso não é aceitável, pronto.

Carlos Reis (Elemento do público): Eu não disse que se comportavam, disse que foram tratadas como dois cães. São funcionárias da Junta, e têm que estar ali, com o frio que está, porque não têm uma chave para abrir a porta. Esse é que é o problema. Não estou a insultá-las a elas; a Junta é que as trata mal a elas, não sou eu. Está enganado. Essa sua dialética é boa, mas é lá na Assembleia; lá na Assembleia é que vocês invertem tudo.

Presidente da Mesa: O senhor fez a sua intervenção. Não estamos aqui a inverter coisa nenhuma. Eu estou a presidir uma Assembleia de Freguesia.

Carlos Reis (Elemento do público): Olhe, até me vou já embora, podem dizer para aí o que quiserem, porque eu, aquilo que tinha para dizer, já disse.

Presidente da Mesa: Muito bem. Eu peço ao Presidente da Junta de Freguesia para concluir a intervenção, e se for necessário, interrompemos a sessão, porque eu acho que pela primeira vez estamos a ter uma reunião que eu considero absolutamente inaceitável. Devo dizer que eu não me presto ao papel de estar a presidir uma Assembleia de Freguesia nestas condições. Se acontecer mais algum incidente, eu da minha parte saio por esta porta fora, e quem quiser que continue a presidir a esta reunião. Eu acho que há um mínimo de urbanidade que está a ser ultrapassado.

Peço ao Presidente da Junta de Freguesia para que conclua a sua intervenção, e que se possa entrar na fase do período de antes da ordem do dia de uma forma mais serena.

Presidente do Executivo: Bem, quanto a essas questões, já estão devidamente esclarecidas: às nove horas estava aqui a Dra. Ana Moniz a abrir a porta, e estavam as nossas funcionárias lá para entrar.

Quanto àquilo que a Sra. D. Maria das Dores Ribeiro falou, de facto, há um projeto de delegação de competências acordado já, e assinado, com a Câmara Municipal

de Lisboa, cuja execução já começou, dos projetos – foi hoje, Dr. João Carvalhosa, que recebemos já a indicação dos projetistas, de que estão prontos e aprovados pela Câmara os projetos, no âmbito deste nosso Programa de Mobilidade, e vão contemplar várias zonas aqui da freguesia, nomeadamente a Rua Rodrigo Reinel, uma envolvente à Rua de S. Francisco Xavier, a Rua Alfredo Soares, da passagem inferior no Padrão dos Descobrimentos, o Miradouro de Caselas, e mais uma componente de acessibilidade pedonal, da mobilidade e transportes, de que o Dr. João Carvalhosa falará mais em detalhe.

Quanto às Ruas Tristão Vaz e de Caselas, o que se verificou agora, como infelizmente tivemos a notícia de que a Câmara Municipal de Lisboa, ao contrário do que nos tinha dito, não vai avançar com as obras de asfaltamento com que se tinha comprometido nalguns casos, e já avançou essas obras para 2018 – em 2017 vai estar a lançar os procedimentos para executá-los em 2018 – isto vai atrasar tudo isso, e é incluída nessa situação da Rua de Caselas. Essa Rua de Caselas, de qualquer forma, agora sofreu uma intervenção, para tapar alguns buracos, mas não vai, para já, ser asfaltada como estava prometido, como a Rua de Pedrouços, a Rua Bartolomeu Dias e a Rua Cordoeiros a Pedrouços, atrás da Unidade de Saúde Familiar, que é uma rua, talvez a pior de todas desta freguesia.

Caselas, neste momento, é um orgulho para nós todos, está tudo bem asfaltado, agora tentou-se também pintar o asfalto, ainda vai ter algumas intervenções, salvo erro, em alguns casos, com passadeiras sobrelevadas, mas ainda vamos ver mais tarde isso. Mas, para já, as passadeiras foram pintadas também agora, e neste momento, penso que Caselas está em melhor situação, e foi tudo praticamente asfaltado.

Quanto a essa parte da mobilidade, de que o Dr. João Carvalhosa há de falar, vamos intervir em várias ruas, para tentar reduzir ??? das pessoas.

Quanto ao muro do cemitério: esse muro do cemitério, não é nosso, é da Câmara, e uma parte, como sabem, pertence à Ajuda também. De qualquer forma, nós estamos a pensar, estamos a trabalhar nesse sentido, de irmos intervir um pouco nesse terreno, e num futuro breve, vamos tentar fazer umas hortas comunitárias naquela zona. É aí, depois logo se vê se é possível fazer algo mais para esconder alguns aspetos dos muros que possam estar ali mais à mostra, eventualmente até com umas trepadeiras. É uma questão depois de se ver com a Câmara e com a Junta da Ajuda, porque aquilo não é só nosso, essa parte.

Quanto ao Boletim, muitas das atividades já foram realizadas: pois é, isso é para tudo, para o que foi realizado e para o que se está a realizar, está lá tudo. Está um bocadinho mais das que foram realizadas. Por quê? Porque é uma forma que nós temos de testemunhar às pessoas aquilo que é feito. Nós somos eleitos para um projeto, e portanto, temos que prestar contas daquilo que se está a fazer. Portanto, acho que as pessoas gostam, e a prova disso é o que se vê, as pessoas gostam que prestemos contas, que mostremos o que se faz, e o Boletim serve para interagir com essas pessoas, para as pessoas saberem o que é que está a ser feito, e o que se pretende fazer.

Desvaloriza-se o trabalho de equipa? Não sei por que é que se desvaloriza o trabalho de equipa; o Boletim é feito perfeitamente em trabalho de equipa. Agora, é o Boletim da Junta de Freguesia.

Depois, o *site* também tem que ser melhorado, admito que sim, deve-se pôr mais coisas, talvez da Assembleia também.

Poda dos plátanos, ou de outras, estamos a fazer várias podas em vários sítios – não é todos os dias, é nas alturas adequadas do ano, com os técnicos. De facto, os plátanos são muito bonitos, mas às vezes têm uns problemas aborrecidos, até fica uma espécie de cola no chão, que é difícil de limpar, e há quem diga que cria algumas reações. Mas isso, pronto, são árvores que já lá estão, e que eu saiba, não estamos agora a plantar plátanos.

Quanto ao Sr. Carlos Reis – ele já não está aqui, por isso não vou falar mais nada, mas falou do cabaz de natal e do Refood, que são coisas completamente diferentes. Não tem nada a ver uma coisa com a outra; ambas matam a fome, mas são coisas diferentes. Mas, o senhor não está aqui, e portanto, não vou falar. Eu estou a acabar de falar, depois passo a fala ao Dr. João Carvalhosa.

Quanto ao Sr. Vítor Fino, trabalhadores precários, quantos na Junta de Freguesia: é evidente que se fala em trabalhadores precários – eu não gosto de falar assim, acho que não é muito correto falar em trabalhadores precários, isso tem uma certa conotação que eu não gosto, e que acho que não é correta; são trabalhadores que passam recibo verde. Pronto, e nesse caso, de facto, temos cerca de cem trabalhadores, em tudo. Não, trabalhadores a recibo verde, prestação de serviço, estou a falar de todos. Trabalhadores em prestação de serviço, temos cerca de cem, dos cento e noventa e três trabalhadores que temos, temos sessenta e quatro no Quadro, mais vinte e oito das AEC's, e portanto, isto dá, de trabalhadores, efetivamente, colaboradores – não estou a falar dos lugares do Quadro; estou a falar de trabalhadores, efetivamente, a trabalhar – temos, de facto, em todos os meios... isto é evidente, estamos a abrir concurso, para alguns casos, mas como sabe, são concursos públicos, entram ou não entram, qualquer pessoa pode concorrer. Gostaríamos que algumas pessoas dessas ficassem; já aconteceu, em concursos anteriores, pessoas que estavam de uma forma, entre aspas, a recibo verde, concorreram e já ficaram nos Quadros. E ainda vamos abrir mais. Agora, para já, nalguns casos concretos, é a única forma que temos de conseguir recrutar pessoas, até porque temos possibilidade de as pôr nos Quadros. Portanto, isso é normal, é uma situação que existe em todo o país, trabalhadores a recibo verde, é perfeitamente normal. E portanto, vamos tentando melhorar, mas é perfeitamente normal, é uma forma de recrutamento. E como nós temos tarefas que, por Lei, nos são atribuídas para realizarmos, provisoriamente, enquanto não há outra solução, é esta. Estou a falar o que sei – sou jurista, tenho alguma obrigação de saber também sobre essa matéria, e explicar como isto se resolve.

Boletim, a única coisa que é boa é o papel. É um facto, o papel também é muito bom, mas as pessoas, de uma forma geral, gostam. É uma questão de estilo, de gosto.

Caselas, excesso de velocidade: meu amigo, como sabe, Caselas é Lisboa; portanto, há limites de velocidade definidos pela Lei. Se as pessoas andam em excesso de velocidade, é uma questão de polícia, pronto.

Candidato à Câmara para ver se se livra de mim: mas, e se eu ganhar? Depois o senhor tinha que me aturar como Presidente da Câmara, veja lá. Eu não me candidato à Câmara, gosto muito de estar aqui onde estou. Se quer que lhe diga, já fui convidado para ir para a Câmara Municipal ???.

E quanto ao veículo dado à Polícia, foi dado um veículo à Polícia de Segurança Pública, com muito orgulho, para nos assegurar aqui nas questões de segurança e resolvermos isto, dar mais segurança à população. Foi um grande apoio que demos, e assim está a funcionar, neste momento. A Polícia, se quer que saiba, só tinha um veículo aqui na nossa freguesia; agora, duplicámos, vai ficar com dois. Está lá em baixo, já em frente à sede da Esquadra, esse veículo.

Dr. João Carvalhosa, quer completar? Dá licença, Sr. Presidente?

João Carvalhosa (Vogal): Ora, muito boa noite a todos.

Bem, em primeiro lugar, falando sobre a questão dos protocolos, e respondendo à Sra. Maria das Dores Ribeiro – porque já tivemos, aliás, oportunidade de esclarecer numa Reunião Pública do Executivo sobre estes assuntos: como sabe, e passando o protocolo das passadeiras, que não vou falar sobre ele, porque na última reunião que tivemos aqui, da Assembleia, fizemos a apresentação de quais as intervenções que iam ser feitas. Ou melhor, vou falar sobre ele, só dizendo que nós recebemos hoje, eram vinte e quarenta e oito (ou quarenta e três), recebi há bocado, por mensagem, de um dos Diretores de Departamento da Câmara, a dizer que os projetos que nós apresentámos à Câmara estão ok, podem avançar. Há ali apenas um pequeno pormenor na Rua Fernão Mendes Pinto, que tem a ver com outra ideia da Câmara que surgiu de repente, que quer fazer a rede ciclável naquela rua, e que isso precisa aqui de um acerto connosco, mas em relação a todas as outras passadeiras, pelos vistos estamos em condições agora de lançar os concursos para as obras. Finalmente, podemos – aliás, não está já pronto porque precisávamos deste “ok”, para agora a empresa de arquitetura que está a fazer o trabalho acabar as medições e entregar os projetos finais, para nós podermos lançar as obras. Portanto, eu estou convencido que nos próximos quinze dias conseguimos fazer a consulta às empresas para escolhermos a empresa e se iniciarem as obras.

Também como já vos tínhamos informado, na Rua Gonçalo Velho Cabral, não está prevista nenhuma medida de redução de velocidade. Era uma coisa que já vos tínhamos dito na Reunião Pública do Executivo.

Em relação à Avenida Helen Keller, não percebi, porque a Avenida Helen Keller tem uns semáforos no fim, que dão para a rotunda, para a Avenida Doutor Mário Moutinho. Portanto, não percebi qual é que era a questão, porque falou nos semáforos que era preciso ter...

Maria das Dores Ribeiro (Elemento do público): Desculpe só, quando se vem da Helen Keller e se vai entrar na Avenida das Descobertas, aquela entrada é perigosíssima.

João Carvalhosa (Vogal): Já sei. Não se chama Helen Keller, chama-se Avenida Mário Moutinho, quando se entra para as Descobertas. Isso é verdade, é um problema, é um dos pontos negros de acidentes da freguesia, é verdade, e precisa, de facto, de ser visto com a Câmara.

Em relação às podas, enfim, o Sr. Presidente já falou sobre este assunto, mas também nós já tivemos várias oportunidades, nas Reuniões Públicas de Executivo, de falar sobre este assunto. As podas das árvores que são feitas na freguesia, desde que nós temos a responsabilidade de fazer a poda nas árvores de alinhamento das que estão na rua e nos jardins, são feitas na lógica do que já era feito pela Câmara, e são podas, que nós podemos dizer, conservadoras. Ou seja, nós não vamos fazer podas radicais nas árvores, porque segundo o que os técnicos da Câmara nos dizem, essas podas radicais, além de irem deformar as árvores, vão-se criar situações de desconformidade com o resto da cidade, o que também não nos interessa. Além disso, as árvores têm um processo de crescimento, e têm um processo de formação, que não se compadece com chegar-se lá e deixar o ramo principal com mais duas ou três pernadas limpas, porque senão a própria formação da árvore, a própria formação da copa não é conseguida, e não se consegue fazer. Há um exemplo disso, e qualquer um de nós pode ver isso quando sair daqui: houve um erro numa árvore, onde isso foi feito, que é na Rua Gonçalves Zarco, em frente ao n.º 18, houve um erro há um ano e meio, numa árvore, por erro da empresa – não, não foi por erro da empresa, foi por erro de quem deu a indicação à empresa – fez uma poda radical na árvore, e basta olhar para essa árvore hoje, e olhar para as árvores que estão ao lado, para perceber a diferença, e para perceber por que é que, na nossa opinião, não se deve. Mas, é verdade que nisto, há opiniões para todos os gostos. Agora, que nós não fazemos isso, não fazemos. Quando nós temos pedidos de pessoas que dizem: “Baixe-me a árvore um metro, ou dois, ou três, porque me está a tirar a vista para o rio”, isso não fazemos. Portanto, há aqui um trabalho contínuo, embora com grande incidência no inverno, que é quando devem ser feitas as podas.

Em relação aos cabazes de natal, o senhor já cá não está para respondermos, mas, de facto, é preciso distinguir o que é o Refood e o que são os nossos cabazes solidários, ou os cartões solidários. O Refood é uma associação; essa associação é autónoma. Nós damos apoio ao Refood no sentido de indicar famílias que precisem de apoio. Se o Refood quiser apoiar mais famílias, até a família do Cristiano Ronaldo, é um problema do Refood, ou melhor, é uma questão que o Refood, que é uma associação autónoma, tem que resolver, não somos nós. Nós não mandamos no Refood; nós apoiamos o Refood em informação. Portanto, as famílias que nós indicamos para o Refood – e cedemos instalações para o Refood – são famílias que nós entendemos como carenciadas, e não outras. E garanto-vos – eu também passo lá e vejo as famílias que estão à porta, e garanto-vos que não são todas aquelas que lá estão.

Queria, por fim, só voltar um bocado ao excesso de velocidade, que o Sr. Vítor Fino falou, no Bairro de Caselas, e em toda a freguesia: faz parte, exatamente, deste pacote de medidas que nós vamos implementar, e que não tem a ver com as passadeiras que foram pintadas recentemente em Caselas. Aliás, as coisas nem sempre correm bem, infelizmente; o que estava combinado com a Câmara era as passadeiras que nós agora vamos sobrelevar, onde vamos alterar, não serem pintadas, para não haver uma duplicação de custos, e a Câmara não tomou isso em consideração, e mandou a empresa, à mesma, pintar aquelas que vão ser alvo de intervenção, o que não faz, na nossa opinião, sentido, até porque há pelo menos uma delas que vai mudar de sítio. Portanto, agora vamos ter que apagar aquela que eles acabaram de pintar para fazer a nova, quatro metros ao lado. Não faz sentido. Mas, isto foi uma descoordenação da Câmara.

Por fim, só para acabar, e não quero corrigir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, de todo, mas é porque os números que deram ao Sr. Presidente não são totalmente verdadeiros, em relação aos trabalhadores precários, porque há aqui um somatório que está mal feito: não são os cem trabalhadores, prestadores de serviço que deram aqui ao Sr. Presidente. É só porque é preciso fazer aqui uma clarificação, porque estes números, dados assim, não são corretos, porque uma coisa é nós dizermos assim: “Nós temos cento e um trabalhadores a recibos verdes”, e qualquer um de nós, o que vai entender destas palavras é que são cento e um trabalhadores a tempo inteiro a recibos verdes, o que não é verdade. O que nós temos é muitos trabalhadores – nem são trabalhadores, são colaboradores da Junta, são prestadores de serviço que trabalham, por exemplo, uma hora por dia a dar as AEC's, ou nos clubes. Trabalham uma hora por dia. Portanto, não são funcionários da Junta; são prestadores de serviços. Recebem a recibos verdes, é verdade, mas vamos distinguir aqui as situações. São coisas bem diferentes.

E eu gostaria, por último, porque só ontem é que vi uma série de cartazes espalhados aí pela freguesia – o Sr. Presidente já deve ter visto há mais tempo – e eu gostaria só... seja quem for, eu gostaria só de terminar com uma questão.

Presidente da Mesa: Tem mesmo de terminar, já estamos com quarenta e cinco minutos de período de intervenção do público.

João Carvalhosa (Vogal): Só um minuto mais. É verdade que nós temos trabalhadores a recibos verdes; é verdade que a Junta de Freguesia – como todos os senhores que estão ligados a esta área sabem – esteve impedida durante anos, anos e anos – não foram os últimos quatro anos, foi durante os últimos dez anos, ou mais – de admitir para os Quadros trabalhadores. É verdade. E só há cerca de um ano e meio – já nem foi com este Governo, foi com o Governo anterior – é que isso começou a ser desbloqueado. E nós, desde essa altura, temos estado a fazer os concursos públicos, concursos de admissão de pessoal, exatamente para regularizar todas as situações de recibos verdes que vinham de trás. E mais: apesar de tudo, e apesar de a situação dos recibos verdes não ser a que nos agrada a nenhum de nós, é preferível ter pessoas a recibos verdes a receber, porque nós não podíamos sequer admitir pessoas. A verdade é que nós, nos últimos anos, admitimos, eu diria, à vontade, cerca de vinte, vinte e cinco pessoas, que hoje em dia têm trabalho, e que estavam no desemprego. É verdade que não estão nas

melhores condições, mas têm trabalho, e estão todos os dias a trabalhar. Não, com muitos direitos, isso está lá escrito no papel.

Peço desculpa, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: A minha preocupação com o tempo é porque nós temos uma agenda pesada, dado que temos o Orçamento. E por isso, temos que terminar até à meia noite, de acordo com as regras regimentais. Mas, penso que tem uma questão adicional.

Maria das Dores Ribeiro (Elemento do público): Eu só queria pôr a seguinte questão: só para dizer que não me foi dada resposta concreta relativamente à calendarização das obras que estão inscritas no protocolo. Portanto, foi uma calendarização vaga, que vai começar. E o que eu pretendia era essencialmente uma calendarização e uma previsão de custos relativamente a todas as obras que constam do protocolo que foi aprovado em Assembleia Municipal de Lisboa, em julho de 2016.

Em relação aos plátanos, eu lamento imenso, mas não tenho resposta da vossa parte. Portanto, terei que ir à Câmara Municipal ver o que é que se passa relativamente aos plátanos, porque a vossa resposta é sempre a mesma: não podemos fazer podas porque os técnicos recomendam determinadas coisas. Portanto, eu tenho que ir à Assembleia Municipal pôr esta questão da Junta de Freguesia, porque, realmente, percebo que da vossa parte não há interesse em resolver o problema. Todos os anos, no mês de outubro, o chão da minha rua fica cheio de folhas secas, extremamente escorregadias, estão constantemente a limpar, os custos disto, não sei quais são, mas efetivamente não há vontade nenhuma de resolver o problema. Os passeios estão extremamente abaulados porque as raízes são de tal maneira potentes – temos pessoas de idade, como é aquele bairro, da Rua Gonçalves Zarco, e de todas as outras adjacentes, são frequentados e os moradores são essencialmente – vinte e tal por cento, vinte e seis (26%) ou vinte e sete por cento (27%) são pessoas de idade, e realmente, os senhores não têm preocupação nenhuma. As podas, dizem que são, efetivamente, de acordo com as orientações da Câmara. Ora, o que é que se passa relativamente a isto? É preciso eu ir à Assembleia Municipal pôr o problema? Pelos vistos é, porque os senhores, é uma responsabilidade vossa, mas não a resolvem. Peço desculpa, mas quer dizer, as coisas têm que ser ditas.

Presidente da Mesa: Dou a palavra ao Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não, vamos lá ver uma coisa: é evidente que pode ir à Assembleia Municipal, é sempre muito bem vinda, e eu lá estarei também para ouvir, como deputado municipal. É evidente que isto é uma matéria partilhada entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Esta questão específica das podas, e dos abates, e sei lá mais o quê, é partilhado. Obviamente, como nós não temos técnicos, a não ser da empresa de manutenção de espaço público, também temos alguns técnicos, mas achamos que é sempre bom – porque estamos em Lisboa – trocar experiências

com os técnicos da Câmara quanto a matérias destas, e mais estruturais. E esta é uma delas. Agora, de facto, fazemos sempre isso. Não nos sentimos minimamente minimizados e feridos por estarmos a partilhar isto com os serviços técnicos da Câmara, que têm lá técnicos bastante bons nesta matéria. Até é bom, porque temos menos possibilidades de errar, que também erramos muitas vezes, como é evidente.

Quanto à calendarização destas obras, isto nunca poderia ir para além do mandato, mas nos primeiros seis meses, esperamos ter isto executado. E o montante, à volta de quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000€), que é o que está previsto para este efeito. Quatrocentos e cinquenta (450.000€), sim, à volta disso.

Presidente da Mesa: Muito bem.

Vamos avançar para o Período de antes da ordem do dia. Pergunto se existe algum pedido de intervenção. Partido Socialista, Fernanda Paredes.

Fernanda Paredes (PS): Muito boa noite. Cumprimentos à Mesa, aos colegas de Bancada e ao público.

No entanto, gostaria de retomar – e peço desculpa pelo adiantado da hora, mas gostaria de retomar a questão dos cartões solidários. Efetivamente, gostava de saber, dos duzentos e trinta que foram atribuídos (ou que pelo menos já foram divulgados) gostava de saber quantos foram efetivamente solicitados, quantos foram recusados, e qual foi eventualmente o motivo da recusa dos mesmos. Ou seja, na última Assembleia esta pergunta já tinha sido feita por nós, pela nossa colega Teresa, e a resposta foi muito vaga, no sentido em que, na altura, perguntámos já quantos pedidos havia, e aquilo que nos responderam, na Assembleia, é que não havia ninguém que ficasse com dificuldade. Mas, portanto, não houve nenhum número concreto que tivesse sido apontado. E nesta fase em que esta matéria já é pública, e tem sido alguma bandeira da Junta, efetivamente gostava de saber – e nós gostaríamos de saber – os resultados concretos desta ação.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Vamos juntar várias. Eu pergunto se existem mais questões que queiram colocar? Partido Socialista, Pedro Rodrigues.

Pedro Rodrigues (PS): Era só mais uma vez para reforçar a ideia de que nos documentos que nos são fornecidos devia haver, nomeadamente no documento referente às atas, à ata da Assembleia, uma indicação, que eu já na anterior tinha referido, que devia haver um cabeçalho com uma indicação, não ser o documento logo cru, como aqui aparece.

Era só. Obrigado.

Presidente da Mesa: Tem toda a razão, estava apenas a aguardar que chegássemos a esse ponto para distribuir esse documento, que chegou com algum atraso. Mas tem toda a razão na referência que faz.

Não sei se existe mais alguma intervenção. Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Boa noite.

Bem, quanto a esta questão dos cartões solidários, posso-vos dizer que este ano, em relação, por exemplo, aos do ano passado, que tivemos duzentas e trinta famílias, este ano tivemos duzentas e vinte. Mas, houve umas tantas que saíram e outras tantas que entraram. Sei que este ano entraram trinta e nove famílias a mais. E posso-lhe dizer que não ficou ninguém de fora por falta de dinheiro. Isto é, depois do cruzamento que fizemos, de dados, com outras entidades, não houve ninguém que dentro das regras tivesse concorrido, que tivesse ficado de fora, porque não tivessem verbas para o efeito. E de maneira que, neste momento – aliás, nesta altura, enviámos cartas para as pessoas a dizer, formalmente, quem é que ficou beneficiário destes cartões, nesta altura, para ver se até ao final do ano temos tudo isto completo. E, de facto, já foram todas as pessoas recebidas pelas nossas assistentes sociais, as situações analisadas, estamos na fase da comunicação, está tudo a decorrer normalmente. Obviamente, há procedimentos legais que tiveram que ser executados, nomeadamente para se adquirir esses bens junto das grandes superfícies, acordos que têm que ser feitos, e isto depois funciona com outras plataformas também, essas grandes superfícies têm de estar nas plataformas. Portanto, isso pode ter atrasado um bocadinho, mas já está tudo cuidado. E por isso, nesta altura, posso-vos dizer, para terem uma ideia, uma família, um casal com dois filhos, poderá mais ou menos receber o equivalente a cerca de quatrocentos euros (400€) por ano em bens, para terem uma ideia.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Fernanda Paredes, outra vez.

Fernanda Paredes (PS): Muito obrigada.

Sr. Presidente, isso quer dizer que houve – aliás, no Boletim Informativo que nos facultou estão aqui referenciadas duzentas e trinta famílias, este ano.

Presidente da Mesa: Duzentas e vinte agora. Isso foi no ano passado.

Fernanda Paredes (PS): Aqui estão duzentas e trinta. Não, é a informação escrita do Presidente, de 1 de setembro a 30 de novembro de 2016. Pronto, são duzentas e trinta que aqui estão referidas. Portanto, houve só duzentas e trinta famílias na freguesia que solicitaram este apoio. É isso que podemos concluir?

Presidente do Executivo: Não, houve algumas que não foram elegíveis. Mas, volto a referir, não são duzentas e trinta, são duzentas e vinte famílias. Foi um lapso.

Fernanda Paredes (PS): Sr. Presidente, se houve um lapso, foi na sua informação.

Presidente do Executivo: Sim, foi um lapso. Para mim, podia ser duzentas e trinta, era melhor.

Fernanda Paredes (PS): Sr. Presidente, dez famílias aqui não são o problema; ou melhor é o problema de dez famílias. Estamos a falar de números, e relativamente aos números, aquilo que eu tinha perguntado, e que novamente não obtive resposta, é que sendo duzentas e vinte, então, as famílias que foram apoiadas, houve recusas. Quais foram os motivos das recusas? Quais foram as famílias que não foram elegíveis?

Também pergunto isto, Sr. Presidente, porque me parece um bocadinho excessiva a quantidade de documentos que é solicitada a estas famílias carenciadas para poderem usufruir deste apoio, mas eventualmente também compreendo que estas situações tenham de ser monitorizadas e vigiadas. Mas, para famílias carenciadas – e em referência ao que também o senhor aqui, de alguma forma exaltava há pouco, até porque parece que ainda não tinha recebido, eventualmente pode não ser elegível – gostava de saber, de facto, se isto também não é um bocadinho excessivo, a quantidade de documentos que se pede a famílias que têm tantas dificuldades, e que a estas dificuldades financeiras se juntam muitas outras dificuldades, nomeadamente de iliteracia, conseguir obter estes documentos. A vossa experiência também poderá dar-nos outro testemunho, e era isso que eu estava a solicitar.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Não, repare, isto são questões muito técnicas. Eu sou jurista, não sou técnico de ação social, mas nós temos técnicos de ação social no terreno a tratar disto, que fazem aquilo que se aplica em entidades idênticas, da mesma forma, sem sermos exagerados, mas com algum cuidado, porque isto é dinheiro público, e queremos que isto seja o mais possível otimizado, esses recursos, no apoio às famílias mais carenciadas. De maneira que, neste caso concreto, posso-vos dizer que os nossos técnicos, quando estão a analisar estas situações, quando estão a receber as famílias, têm instruções para as acompanhar e as ajudar a obter esses elementos; quando não sabem, são ajudados por nós. Portanto, isso aí, as instruções são essas. E repare, imagine que havia uma pessoa que tem rendimentos, que não são quatrocentos e dezanove (419€), são quatrocentos e vinte (420€), ou quatrocentos e vinte e cinco euros (425€); quer dizer, é evidente que somos flexíveis, não vamos deixar de dar um apoio por uma situação dessas. Para tentar perceber, tentamos ser flexíveis, porque são pessoas com dificuldades, e às vezes têm dificuldade até em compreender como é que isso se processa, a burocracia. Temos indicações – vou passar aqui ao meu colega João Carvalhosa, que está mais ligado a este *dossier*, mas, de facto, o objetivo é ajudar as pessoas quando estão a pedir estes apoios.

Dr. Carvalhosa, se faz favor.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado.

Vamos lá ver: naturalmente que não são apenas duzentas e vinte famílias que existem na freguesia a necessitar de apoio; o que nós fazemos é que nós cruzamos a informação de todas as outras instituições que prestam apoio social na freguesia, para não haver duplicação. E portanto, não são só duzentas e vinte; são duzentas e vinte, mais as que são apoiadas pela Santa Casa da Misericórdia, mais as que são apoiadas pelos dois Centros Paroquiais, de Santa Maria de Belém e S. Francisco Xavier, mais pelas Irmãs Vicentinas, mais pela Mesa de Nossa Senhora, mais pelo Banco Alimentar, mais pela Fraternidade da Luz – portanto, há uma panóplia de instituições que presta apoio a muitas mais famílias. E aquelas famílias que não são apoiadas por mais nenhuma instituição, são estas duzentas e vinte que nós apoiamos. E portanto, há aqui um cruzamento de dados, e que leva apenas, entre aspas – porque duzentas e vinte famílias já é muito – a este número. Não quer dizer que não haja mais.

Em relação aos documentos pedidos, é como o Sr. Presidente estava a dizer: os documentos pedidos não são mais do que os documentos pedidos normalmente por qualquer uma das entidades que presta este tipo de apoios. Eu não sei se quer dar o exemplo de um documento que ache que seja pedido a mais, não sei se tem essa questão. Agora, há que perceber uma coisa: nós temos que saber quem são as pessoas, que agregado familiar é que têm, em que condições vivem, que rendimentos auferem e que benefícios têm. Pelo menos isto. Agora, se me disser: “Mas, para saber isto, precisa de muitos documentos”, é verdade, mas quer dizer, tem outra solução para averiguar se, de facto, estas pessoas têm estas carências?

Presidente da Mesa: Fernanda Paredes.

Fernanda Paredes (PS): Mas, só para ficar registado, efetivamente não foi dada a informação que eu tinha solicitado, que era qual é o número de famílias que solicitou este pedido, e que eventualmente foi recusado, ou se concluímos que são duzentas e trinta famílias, ou duzentas e vinte famílias, que solicitaram, e que tiveram esse apoio. Efetivamente, é essa a conclusão que podemos ter. Há só duzentas e vinte famílias carenciadas na freguesia que tiveram este cartão.

Presidente do Executivo: Se quiser, pode ser antes, pode ser antes da próxima Assembleia. É um *e-mail* muito simples, ou telefone-lhe a si para dar pessoalmente essa informação.

Presidente da Mesa: Muito bem.

Vamos avançar para o Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, Apreciação e aprovação da ata da Sessão de 27 de setembro.

Eu gostava de dar uma informação em relação ao documento que foi agora distribuído, e que capeia a ata. Há uma gralha, na medida em que Ana Maria Coelho e Maria Teresa Almeida estiveram presentes na reunião, tal como consta na ata em

minuta, mas não aparece na página 3, tem de ser corrigido. E obviamente, da próxima vez, faremos tudo para que este documento de rosto seja enviado com a transcrição da ata.

Pergunto se alguém tem alguma questão a colocar em relação à ata, ou se podemos passar à votação. É o caso. Quem vota a favor da ata? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada com um (1) voto contra, do Partido Comunista, e com os votos a favor das restantes Bancadas.

Passamos ao Ponto n.º 4, que é o ponto da agenda mais pesado.

João Sousa (PCP): Se me dá licença, eu gostaria de propor que votássemos este ponto separadamente.

Presidente da Mesa: Que votássemos o Orçamento, a Norma de Execução... se pudesse explicar melhor o que é que pretende votar em separado.

João Sousa (PCP): A aprovação dos documentos previsionais, o Mapa e o Plano de Atividades.

Presidente da Mesa: Só para clarificar: quer votar o Orçamento e a Norma de Execução Orçamental, por um lado, o Plano de Atividades, PPI e PPA por outro, e o Mapa de Pessoal para 2017. Bom, estes documentos têm uma ligação intrínseca. Recordo-me que nos anos anteriores votámos em conjunto. Mas, se ninguém se opuser a essa sua proposta, eu não me oporei a essa proposta. Mas, dado que é a primeira vez que isso acontece – pelo menos nos três anos em que aqui estou, nunca fizemos a votação dessa forma...

Dou a palavra a Margarida Cabral.

Margarida Cabral (PSD): Eu gostava que me explicasse um bocadinho o porquê, por que é que quer votar separadamente, porque, realmente, os documentos têm entre si uma ligação intrínseca. Ou seja, o Orçamento é para o Plano de Atividades. O Orçamento não está desgarrado do Plano de Atividades. O Mapa de Pessoal, ainda admito que se possa votar separadamente; agora o Orçamento e o Plano de Atividades, o que é que isso significa? Aprovamos um Orçamento para um Plano de Atividades, uma coisa está ligada à outra. Não me parece que faça sentido.

Presidente da Mesa: Sr. João Sousa, PCP.

João Sousa (PCP): De facto, as coisas estão interligadas, mas pronto, atendendo ao facto de que diz que os documentos previsionais, a execução orçamental está intimamente ligada com o Plano de Atividades, eu pedia para que votássemos esses dois pontos em conjunto, e o Mapa de Pessoal em separado.

Presidente da Mesa: Podemos proceder dessa forma. E agora vamos iniciar a discussão. O documento foi distribuído, e eu julgo, em qualquer caso, que dada a importância do tema, que se justifica que o Presidente da Junta de Freguesia possa

fazer uma breve intervenção, dado que se trata de um tema da maior relevância, para depois iniciarmos a discussão. Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Bem, nós hoje estamos aqui, estamos aqui a apreciar, e espero ter o vosso apoio também na aprovação dos documentos que são fundamentais para podermos exercer a nossa atividade. Lembramos que este é o último ano deste mandato, é o chamado, ou que nós chamamos de ano da consolidação, neste momento isto é a continuidade de tudo o resto. Na prática, não há grandes alterações, a não ser na parte dos protocolos que entretanto temos desenvolvido com a Câmara, e que há bocado também já foram aqui abordados. Por isso mesmo, penso que é uma situação normal. E por isso, estando à disposição para tirar eventuais dúvidas e alguns esclarecimentos que entendam por bem formular, eu acho que está bem explícita, nos documentos entregues, essa situação.

Portanto, peço-vos, e estou à vossa disposição, mas peço-vos para merecermos o vosso apoio na aprovação destes documentos.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Vamos iniciar a discussão. Quem é que se inscreve? Agora sim, Ana Varela Coelho, do Partido Socialista.

Ana Coelho (PS): Boa noite. Boa noite à Mesa, boa noite aos colegas de Bancada, boa noite ao Executivo.

Realmente, este é um assunto bastante relevante, como dizia o Sr. Presidente, e há aqui uma série de questões que nós gostaríamos de colocar.

Começo por ir buscar – e creio que o posso fazer – a informação que consta do relatório de atividades, e que tem a ver com os Orçamentos anteriores, que mostram que, efetivamente, tem havido, e felizmente, uma diferença considerável entre a receita e a despesa. Em 2015, essa diferença foi de cerca de um ponto dois milhões de euros (1.200.000€); em 2016, de um ponto quatro (1.400.000€), e portanto, este ano ??? nestes dois valores. Portanto, eu estou a recolher informação que está no relatório de atividades, ou na informação do Sr. Presidente, que é o documento que vai suportar o Ponto n.º 8 da ordem de trabalhos. É a página 19. Portanto, esta informação, parte dela, consta da página 19, que tem a ver com as questões da receita, e depois com as páginas que se seguem.

Portanto, desta informação retiramos estas conclusões: felizmente que há receitas superiores às despesas, e que, no fundo, é possível amealhar alguma verba. Portanto, desde há três anos, ou dois anos a esta parte.

Ora bem, este é um aspeto que depois se prende com outras questões, que têm a ver com eventuais investimentos que se pensam fazer também para o próximo ano, e que se prende com o Plano de Atividades. Gostaríamos que o Sr. Presidente pudesse falar um pouco sobre esses investimentos, ou como pensa, digamos,

utilizar estas verbas que, no fundo, se têm vindo a acumular, se pensa fazê-lo, se não pensa fazê-lo.

Nós temos uma série de questões, eu não sei se prefere que vá colocando as questões e que vá respondendo, ou se coloco todas as questões.

Presidente da Mesa: Talvez seja melhor colocar as questões todas.

Ana Coelho (PS): De forma sequencial? Ok.

Ora bem, agora relativamente ao próprio Orçamento, eu diria que na página 9, portanto, relativamente às transferências correntes, é mencionado – estou a falar do relatório – na página 9, relativamente às transferências correntes, em que se verificou que, para a totalidade desta rubrica, existe um decréscimo de sete vírgula sessenta e dois por cento (7,62%), onde se refere que existe uma redução, essa redução é devida aos protocolos dos CAF's e dos AAAF's, que tem a ver com a transferência de verba do município. Portanto, nós estivemos a comparar com a informação que foi disponibilizada anteriormente, e verificámos que, efetivamente, de 2016 para 2017, até houve um acréscimo de mil euros (1.000€) na verba relativamente às CAF's, e relativamente às AAAF's, existe um acréscimo de três mil euros (3.000€). Portanto, não percebemos por que é que se faz este comentário, e por que é que se associam essas transferências, uma diminuição que não é substancial, mas que se associa essa redução no valor da verba a este protocolo, que tem a ver com as CAF's e AAAF's.

Por outro lado, há verbas, em termos de receita – e estou a falar em termos de receita – há verbas que aumentaram consideravelmente, mas não existe uma explicação para esse aumento considerável. Elas são referidas, efetivamente, são destacadas, mas não existe uma explicação para esse aumento, por que é que se prevê um aumento da receita tão elevado nestas rubricas que são referidas no parágrafo logo a seguir à tabela com os valores.

Depois, na página 10, refere-se que, quanto à distribuição da receita – e é mostrado um gráfico – diz-se que se evidencia o peso global das transferências correntes, que representam setenta e cinco por cento (75%) da receita prevista – apesar de tudo, um valor bastante abaixo do que se conhece em muitas freguesias de Lisboa. Também não conseguimos compreender esta informação que aqui é dada, uma vez que segundo o mapa que está anexo ao Orçamento de Estado se verifica que, das dezassete freguesias, apenas nove têm, efetivamente, valores acima do da Freguesia de Belém, e em muitos dos casos não são substancialmente acima. Além disso, a distribuição destas verbas está perfeitamente regulamentada, e tem até uma maneira objetiva de ser feita essa distribuição. Portanto, não percebemos muito bem este tipo de comentários.

Eu posso parar no fim do Orçamento, e depois falarei do Plano de Atividades.

Presidente da Mesa: Então, o melhor é continuar até ao final do Orçamento.

Ana Coelho (PS): Relativamente agora às despesas, já na página 11, verifica-se um aumento das despesas de capital, mas que também não aparece justificado por que é que se prevê um aumento de despesas de capital. Ou melhor, se nós consultarmos as tabelas que estão à frente, em que se faz o detalhe por rubricas, aparecem uma série de rubricas dentro desta em que sistematicamente aparece o valor de mil euros (1.000€).

Depois, no final do relatório do Sr. Presidente, relativamente ao Orçamento, há um parágrafo que diz que o que se pretende com este Orçamento claramente é suportar quatro áreas, que são referidas, mas seria bastante informativo se junto com esta informação fosse feita uma apresentação da distribuição das verbas pelas quatro áreas que aqui são indicadas; seria mais informativo do que dizer apenas quais são as áreas, seria informativo saber qual é a distribuição das verbas por essas áreas.

E pronto, relativamente ao Orçamento, é tudo.

Presidente da Mesa: Sobre o Orçamento, peço ao Presidente da Junta para responder, e depois continuamos com o Plano de Atividades.

Presidente do Executivo: Obrigado.

Bem, sobre essa matéria, vamos lá ver se não me perco aqui: no que se refere àquela questão das transferências, agora vamos nomeadamente ainda falar naquela questão das transferências. Sim, nas transferências correntes, não tem muita lógica termos estas transferências correntes. Vamos lá ver: pelo que eu falo aqui, de facto, regista-se um decréscimo, mas são coisas mínimas. Mas isto, de facto, é, segundo a informação dos meus serviços (tive o cuidado de saber) é mesmo, de facto, por causa da redução dos protocolos das CAF's e das AAAF's. Houve uma redução efetiva, e portanto, essa redução – de facto, é uma redução muito pequena, de sete vírgula sessenta e três por cento (7,63%) nessa verba, mas isto foi decorrente desse facto.

Depois, quanto à outra matéria referente às receitas, na página 10, vê aí, de facto, as receitas. Nós temos, de facto, umas receitas próprias – aliás, já conseguimos depender menos das transferências, que representam setenta e cinco por cento (75%) da receita prevista, e ter, neste momento, de facto, muito mais receitas próprias do que grande parte das Juntas de Freguesia de Lisboa. Isto é uma coisa que é indubitável. E isto, também posso dizer, talvez por ser uma freguesia um pouco turística, temos várias verbas, foram quase duzentos mil euros (200.000€) através dos licenciamentos que nós realizámos de receitas. Também temos a Piscina, que também deu dinheiro, não obstante os investimentos que fizemos na Piscina. Portanto, fundamentalmente na venda de bens e serviços correntes, aí esse aumento de vinte e cinco vírgula oitenta e dois por cento (25,82%) é fundamentalmente da Piscina. E quando vê essas taxas, multas e outras penalidades, aí um aumento de cinquenta e dois vírgula sessenta e dois por cento (52,62%), é fundamentalmente os licenciamentos.

Quanto à outra matéria que falou, na página 11, das despesas de capital, estas estarem a crescer mais do que as primeiras, as despesas de capital, de facto, é essencialmente devido aos protocolos. Isso aí é devido aos protocolos que fizemos com a Câmara, essas despesas de capital. E portanto, é esse aumento que verifica aí.

Quanto a essa parte final, de facto, mais uma vez reafirmamos que para nós é fundamental a valência da ação social, e aqui englobamos também a educação, todas essas componentes ocupam uma parte fundamental do nosso Orçamento. Aqui, isto é um documento, depois temos aí os números, mas aqui, para já, isto é um apanhado final, são as quatro grandes áreas de atuação: as valências sociais, o espaço público, a limpeza urbana e a gestão dos equipamentos. E para isso, temos aquela brigada que anda a tentar ir arranjando tudo aquilo que está destruído, nos vários sítios, periodicamente, para que o espaço público esteja mais aprazível. Isso, acho que é, realmente, uma atribuição muito importante das Juntas de Freguesia, essa parte social, em que sem qualquer dúvida somos o último reduto de muita gente que não tem mais nada que as apoie, e isso é fundamental. Estamos no terreno, somos nós que temos que apoiar essas pessoas. E depois é o espaço público e ambiente, que também é uma obrigação nossa tentarmos criar condições para que todos possamos ter um bocadinho mais de qualidade de vida na nossa área. Daí, são essas áreas que, de facto, têm a nossa prioridade. O conjunto que absorve a maior parte dos nossos recursos financeiros é esse, já viu aí há bocadinho.

Agora, quando eu falo também na parte dos recursos humanos, que já vimos quanto é que uma pessoa gasta, mais ou menos, na parte também... são cerca de quarenta e cinco por cento (45%) em recursos humanos, e depois mais quarenta e cinco por cento (45%) em prestações de serviços, mas não se esqueça que grande parte desses recursos humanos e dessas prestações de serviços estão incluídos e têm imputações de custos nestas áreas também. Portanto, estão incluídos também estes custos dessas verbas, nestes montantes.

Era isto que eu tinha para esclarecer. Não sei se faltou mais alguma coisa.

Presidente da Mesa: Muito bem. Eu estou a gerir este ponto de uma forma pouco habitual, porque o normal é haver uma intervenção dos Grupos Políticos, e depois haver uma reação do Presidente da Junta em relação às questões que são levantadas. Mas, tratando-se do Orçamento, a havendo vantagem em que as questões sejam clarificadas, fizemos esta discussão, da parte do Partido Socialista, em duas fases. E portanto, eu dou novamente a palavra ao Partido Socialista, para continuar a intervenção que estava a realizar.

Ana Coelho (PS): Muito obrigada.

Eu agradeço as palavras do Sr. Presidente, mas queria primeiro começar por referir que sugeria que houvesse, efetivamente, uma verificação da informação que tem relativamente às verbas transferidas, relativamente às CAF's e às AAAF's de 2016 e 2017, porque, efetivamente, estivemos a confirmar estes valores e são aqueles que referi há pouco. Portanto, para as CAF's houve uma passagem de cinquenta e

dois mil euros (52.000€), de 2016, para cinquenta e três (53.000€) em 2017; para as AAAF's, de cinquenta e seis (56.000€) para cinquenta e nove (59.000€). Portanto, fomos consultar a documentação que utilizámos em reuniões anteriores.

Relativamente à informação que nos deu, relativamente àquilo que está indicado na página 10, relativamente à distribuição da receita, percebo, então, que o Sr. Presidente quis ressaltar o facto de a Junta ter conseguido aumentar as receitas próprias. Era isso que pretendia ressaltar? Não foi isso que foi nosso entendimento quando lemos esta parte.

Relativamente às despesas de capital, eu, se calhar, agora faço aqui um bocadinho a ponte com a questão do Plano de Atividades, e há uma coisa que, realmente, nos deixou um pouco intrigados, que foi o facto de no relatório de atividades não se referir nomeadamente estes projetos que estão previstos e que tínhamos discutido, e tinham sido apresentados na última reunião, nomeadamente a questão dos arruamentos, nomeadamente a questão do parque e do miradouro em Caselas – portanto, estes projetos que tinham sido referidos anteriormente não constam do Plano de Atividades, não estão detalhados no Plano de Atividades. E por isso, não vimos aqui uma ligação, e agora sim, com a intervenção do Sr. Presidente, ficou clara a razão do aumento desta despesa de capital, embora não se perceba muito bem, no Orçamento, por que é que existem uma série de rubricas para as quais os valores são mil euros (1.000€), e mil euros (1.000€).

Queria ainda ressaltar que agradeço o esclarecimento que o Sr. Presidente deu relativamente à escolha destas áreas, que obviamente também para nós são áreas bastante importantes de intervenção da Junta de Freguesia, mas ficámos sem conhecer a informação relativamente à distribuição das verbas a aplicar em cada uma destas áreas, que seria interessante ter como informação neste relatório.

Relativamente ainda ao relatório de atividades, eu acho que também se pode ligar com aquele primeiro ponto que eu referi, que tem a ver com a questão das diferenças entre receitas e despesas, desde há uns anos a esta parte, que acho que liga bem com a questão do relatório de atividades, e se nos pudesse esclarecer um pouco mais relativamente a eventuais utilizações, investimentos a fazer na freguesia utilizando estas verbas, que acho que isso iria bem com o ponto do Plano de Atividades para o próximo ano.

E por isso também, por estes motivos, que têm a ver com o facto de aparentemente existir uma verba considerável que poderá ser utilizada em investimento, e o facto de estarem previstos uma série de novos projetos para a freguesia, como já foi mencionado, estranhámos o facto de, no início do Plano de Atividades – eu queria referir qual era a página, é logo no início, logo na primeira página, em que é dito: *“Por isso, este Plano de Atividades é muito semelhante ao do ano passado”*. Portanto, pareceu-nos um bocadinho redutor esta referência no início do relatório de atividades, uma vez que, efetivamente, há uma série de projetos novos, diferentes, que estão em vias de ser implementados.

Queríamos também salientar, já foi salientado aqui relativamente ao aspeto dos cartões solidários, que realmente falta-nos um pouco este tipo de informação, e

portanto, seria útil tê-la para os vários projetos que estão em vigor na freguesia. Seria importante perceber se todos estes projetos que são mencionados, como é que têm decorrido, quantas pessoas usufruem, as verbas que são gastas nesses projetos, se faz sentido reformulá-los, se faz sentido ampliá-los. Portanto, seria importante ter mais informação do decurso de cada um destes tipos de projetos, para conseguirmos perceber melhor o sentido que faz mantê-los, ou não, como itens para o Plano de Atividades do próximo ano.

Depois, no final do relatório, existe um item em que se refere “lutar para que aconteça”, em que nós realmente compreendemos que são uma série de projetos com alguma relevância para a freguesia, mas não vemos aqui uma ligação entre o Orçamento e estas atividades. Portanto, não sei se o Sr. Presidente nos pode falar um bocadinho desta ligação, de qual é o investimento que é previsto, e como é que se está a pensar trabalhar para implementar estes vários projetos. Estes vários projetos incluem, por exemplo, a transformação da Vila Correia num modelo de cidade sustentável – também seria importante perceber qual é o objetivo desta iniciativa, se seria de formação, se seria um espaço de exposição, se seria um espaço interativo, dirigido a que faixas etárias, etc. A criação da Marina de Pedrouços: gostaríamos de perceber o interesse na criação e desenvolvimento deste tipo de projeto. Muito importante também a questão do Parque das Descobertas, no antigo recinto do Aqua Park, e seria importante perceber o que é que se pretende com o Parque das Descobertas, que tipo de atividades se iriam desenrolar neste espaço.

Relativamente à criação do pavilhão gimnodesportivo na Escola Secundária do Restelo, parece-nos que, realmente, seria uma mais valia para a escola, sem dúvida. No entanto, acho que é do conhecimento geral que as instalações que esta escola possui estão extremamente degradadas. Não sei se não seria mais razoável pensar num apoio, num lutar para que aconteça uma reestruturação das instalações daquela escola, em detrimento da criação de um gimnodesportivo.

Ora bem, e pronto, no fundo, são estes os pontos que nós gostávamos de ver esclarecidos pelo Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito bem. Antes de dar a palavra a outros membros da Assembleia, dou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, para responder a estas questões.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Vou responder aqui a mais este conjunto de questões que a Dra. Ana Coelho colocou. E aqui vou, de facto, mandar verificar o que se passa com esta questão das transferências das verbas da CAF, e depois comunicarei, porque não é isso que consta aqui dos meus elementos.

Entretanto, nestas questões das delegações de competências, ainda há dois dias tive que ir à Assembleia Municipal substituir uma pessoa do meu Partido na Comissão de Descentralização, e fui mais uma vez surpreendido por mais doze delegações de competências, fortes, grandes, para uma série de Juntas de Freguesia de Lisboa, e nada para Belém. Mais uma vez manifestei o meu protesto ao Sr. Presidente da Câmara, fiz logo um SMS para ele, porque, de facto, as nossas coisas não andam, temos N problemas há imenso tempo à espera de resolução, delegações de competências que estão propostas e que não temos resposta ainda, e vejo os meus colegas...

Ana Coelho (PS): Quais é que são? De que delegações de competências é que está à espera?

Presidente do Executivo: Nós, neste momento, temos várias delegações de competências, uma pelo menos para nos ajudar no espaço público, e também para questões da sede. E na piscina e nos parques infantis, são várias. Mas, temos apalavrada uma reunião com uma pessoa que trabalha no Gabinete do Presidente, que é quem costuma fazer os preliminares para acertarmos isso, são sempre conversas de “sim, senhor”, mas depois nada anda. Depois isto, às tantas, é estranho, já é estranho. É estranho, e já no Boletim, na última página, desta vez, já manifestámos alguma estranheza sobre algumas matérias de obras que já foram afastadas para 2018. E é sempre em Belém. É uma coisa muito esquisita que se está a passar.

E de facto, neste momento estamos a custear sozinhos as obras de mudança das instalações, cá para cima da ação social, obras lá em baixo, todas, porque ainda não tivemos o “ok” da Câmara quanto à mudança de instalações da nossa sede. Portanto, há uma série de assuntos em que ainda temos que – e respondendo ali, há bocado, por causa dos nossos autos, das transferências dos autos, que como veem, são seiscentos mil (600.000€), à volta disso, nós temos que ter uma gestão muito prudente, porque as verbas nem sempre vêm como vêm, e se não temos um saco devidamente razoável para aguentarmos essas falhas da Câmara, nós não nos aguentamos, porque temos que estar sempre presentes, porque não há mais ninguém que nos possa salvar, e temos de salvar muita gente, cai-nos tudo em cima. De qualquer forma, juntei informação aí bem detalhada, financeira, que ajuda a ver isso. Mas, posso-lhe falar, a Marina de Pedrouços, isso é um problema, isso é deste Governo, do anterior Governo, está sinalizado pelo Porto de Lisboa, e é um projeto em que nós estamos muito interessados, e que esperemos que em breve avance. Agora, isso é a nossa terra, é a nossa freguesia, também queremos ter alguma coisa a ver com isso, nem que seja darmos o nosso parecer, como demos para a Fundação Champalimaud e para outras entidades, etc. A Vila Correia, cidade sustentável, isto foi uma proposta inicialmente do Vereador Sá Fernandes, que apresentou. Mas, depois voltou para trás, porque não havia a parte concursal, enfim, e está neste momento numa situação, que não sabemos como é que está ainda, e também não temos tido essa informação por parte da Câmara.

Quanto ao Parque das Descobertas, está no segredo dos deuses, mais uma vez, no Gabinete do Vereador Sá Fernandes. Fomos visitar o Parque das Descobertas, nós mantemos a nossa proposta, que gostaríamos de ter aquilo para uma atividade

aberta à população. Uma coisa que foi decidida foi que o Parque das Descobertas, ali onde era o Aqua Park, ficará aberto à população, é restituído a Monsanto, isso já foi feito, apesar de se manter a cerca. Neste momento, o Vereador Sá Fernandes diz que já sabe o destino, que irá falar connosco, mas já tem um destino para aquilo. Há uma parte, assim uma parte significativa, que será para um grande parque de recreação de cães, para as pessoas levarem os cães, para andarem com os cães, uma coisa especial, com uns equipamentos especiais para cães, numa parte. A outra parte vai ser restauração, naquele edifício. Mas, há aqui qualquer coisa que não ata nem desata, ele acha que ainda não está na ocasião de dizer o que é que quer fazer. Portanto, se algum dos senhores tiver informação privilegiada que nos possa comunicar, eu agradecia imenso, porque, de facto, não estou a conseguir, o Sr. Vereador está a criar um grande *suspense*: “Calma aí, há de saber em devido tempo, ainda está a ser estudado.” Até devem lá ter os intelectuais todos a estudar, neste momento, o que é que vão fazer naquela zona.

Quanto à Escola Secundária do Restelo, estivemos lá no outro dia, acabei de receber a Associação de Pais também.

Ana Coelho (PS): Eu sugiro que se pedisse uma informação oficial à Câmara sobre o que é que está previsto – até a Assembleia de Freguesia o pode fazer – o que é que está previsto para o Parque das Descobertas. Quer dizer, não se pode ser surpreendido depois, à última da hora, e já estarem os projetos definidos para ali. Convém saber.

Presidente do Executivo: Quanto à Escola Secundária, recebi no outro dia a Associação de Pais, juntamente com o Diretor da Escola, mais uma vez a pedir-nos apoio, no que nós pudermos, para insistirmos na questão do polidesportivo. É uma coisa inadmissível, uma escola daquelas, que é uma das melhores escolas públicas do país, não ter um pavilhão gimnodesportivo. E a respeito disso, foi-nos feito um pedido de eventualmente os alunos poderem beneficiar da piscina agora, outra vez, porque o Governo tem cortado a verba, e tinham deixado de poder frequentar a piscina, porque não tinham verba para pagar. E a Junta de Freguesia está a estudar a hipótese, agora, não com duas pistas, mas com uma – porque tecnicamente já não havia hipótese – tentar durante este ano que os alunos possam regressar à piscina, e nós vamos custear a parte correspondente ao que o Estado, o Governo deixou de pagar, que são cerca de dez mil euros (10.000€) / ano, até para tentar compensar que não tenham o pavilhão gimnodesportivo. Mas, está também muito complicada esta questão das obras das escolas. Como sabem, estão previstas obras para as três escolas primárias, do 1.º ciclo, e neste momento, informação que eu tive hoje da SRU, é que a única que está em condições de avançar é a Escola de Caselas, mas eles não sabem se é uma reclamação, se é uma impugnação. Portanto, estão agora a responder, a ver o que é que isso vai dar, senão pode avançar essa. As outras ainda estão em projeto. Portanto, estava previsto irem para uns contentores, exceto a do Restelo, ??? fazia-se pelo lado esquerdo e pelo lado direito, e entretanto acabava a obra da Escola do Restelo. Portanto, nessa matéria, estamos a apoiar a escola, para ver o que é que se pode apoiar aí. Agora, o que vos posso dizer é que, neste aspeto, neste momento, posso-vos dizer que só para o Agrupamento do Restelo transferimos cerca de vinte e oito mil euros (28.000€) nos últimos meses. De qualquer forma, ainda há pouco tempo

lá fomos dar um prémio, ou melhor, na outra escola, que também era um prémio que antigamente era dado pelo Governo, mas não houve mais hipótese de custear isso, e nós substituímo-nos ao Governo agora, fomos lá dar esse prémio também, que acho que é importante, um incentivo para os alunos, é anual, o Prémio da Junta de Freguesia de Belém, no valor de quinhentos euros (500€).

Portanto, temos uma ligação muito estreita, mas tentámos dar um sinal de que, de facto, não vamos desistir da questão do pavilhão gimnodesportivo, e para já, permitir que os alunos – aliás, porque têm um bom parque escolar, mas quando está a chover não podem fazer nada; e então, podem continuar a frequentar agora a nossa piscina, e nós vamos fazer esse esforço, custear essa verba, para que eles possam frequentar a Piscina do Restelo, a Escola Secundária.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Não sei se há mais inscrições. Margarida Cabral, do PSD.

Margarida Cabral (PSD): Muito rapidamente, é só para acompanhar a preocupação da Dra. Ana Coelho, na questão da Escola Secundária do Restelo. Eu acho que é preciso também que a Junta faça pressão para que haja obras na escola, para além do pavilhão gimnodesportivo – que, de facto, é uma vergonha – e a escola está sucessivamente a ser tirada das prioridades das obras, a Parque Escolar não chegou a fazer, depois foram suspensas as obras da Parque Escolar, e continua a não aparecer a Escola Secundária do Restelo. Portanto, é preciso, é uma situação que não pode ser aceite pela Junta. Era só para pedir que isso fosse posto na agenda também.

Presidente do Executivo: Eu já tive ocasião de falar na Assembleia Municipal sobre esta matéria, e mostrar o nosso desagrado, até utilizei esta expressão, dizer que só gostava que o Restelo tivesse metade do que a Musgueira tem. Metade. A Musgueira tem duas escolas completamente novas, forradas a mármore; nós não temos nenhuma. Temos esta escola, que realmente tem bons alunos e ótimos professores, mas umas instalações completamente a precisar – eu não quero alarmar ninguém, mas a precisar de obras muito urgentes. E vamos continuar essa batalha, apesar de não ser uma matéria propriamente da Junta, mas nós, como eleitos locais, temos que ir também fazer as nossas *démarches* para que, realmente, esses assuntos se resolvam, apesar de não serem diretamente dependentes de nós. Mas, é uma das coisas que nós fazemos, não nos fazemos de rogados. E vamos tentar ajudar a que se criem condições para que isso seja uma realidade.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Pedro Rodrigues.

Pedro Rodrigues (PS): Peço desculpa, estava a ver se haveria aqui alguma intervenção por parte de outros Grupos Parlamentares.

Eu vim só pôr mais uma questão, uma vez que penso que essa, sim, é uma responsabilidade da Junta, e é uma atividade que estava prevista para 2017, perguntar quando é que arrançarão as obras de reabilitação do Terreiro das Missas,

uma vez que já acabou o processo da Praia Urbana, que penso que foi um sucesso, como o Sr. Presidente disse na última reunião, na última Assembleia que tivemos. Portanto, hoje está um espaço, enfim, degradado, com a calçada toda solta, e portanto, sendo o tal espaço nobre que temos na cidade, e que é da responsabilidade da Junta de Freguesia, queria perguntar quando é que prevê arrancar com a obra, e quando prevê também a finalização dessa mesma obra.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Ainda bem que me fala nisso: ainda amanhã à tarde irei ter uma reunião com umas entidades que já investiram há pouco tempo aqui numa grande iniciativa em Belém, e que me estão a pedir agora para fazer uma coisa, que poderá ser perfeitamente no Parque das Missas realizado, e que poderá pagar aquilo tudo. Vamos lá ver, porque é o seguinte: nós fizemos um protocolo que é *sui generis* em Lisboa: não há um único protocolo de delegação de competências em Lisboa, de uma Câmara para uma Junta de Freguesia, em que a Câmara só tenha dado um terço do que a obra vai custar. E o que é que se passou? A Câmara, apesar de ter lá ótimos técnicos, fez um protocolo para nós, em que, para nós reabilitarmos o espaço, mas depois queriam dar-nos cinquenta mil euros (50.000€), e eu, com cinquenta mil euros (50.000€), até conseguia reabilitar aquele espaço. Mas, depois obriga-nos a executar um projeto que a Câmara fez, que custa três vezes mais. Isto, acho que é leonino, em qualquer país do mundo. Quer dizer, em todos os protocolos de delegação de competências, o que está previsto numa cláusula final – em todos, eu vejo, eu sou membro da Assembleia Municipal, e já agora lavrei o meu protesto, e queremos ver o que é que vai acontecer, porque nós, quer dizer, também somos desta terra. Todos os protocolos de delegação de competências que são feitos, se no final se verificar que é necessário mais dinheiro, a Câmara avança. Isso está lá previsto no final, na última cláusula. E nesta, não puseram nada disso. Foi dos primeiros, em 2015, agora já estão mais refinados. Mas, portanto, neste momento, nós estamos à espera dessa reunião com a Câmara para lhes dizermos que também somos gente, e por que é que Belém é presenteada com um projeto único, que não existe em mais nenhuma outra Junta de Freguesia, em que só tem um terço – e essas verbas foram verbas que a Câmara fez, com duas iniciativas, cada uma com vinte e cinco mil euros (25.000€). Portanto, são verbas que eram nossas e que vieram da Câmara. Não, quer dizer, nós estamos disponíveis, mas não é naquele projeto megalómano, completamente ridículo, que a Câmara nos quer pôr a executar, parece quase para construir uma Trump Tower. É uma coisa completamente descarada aquele projeto que está previsto para o Terreiro das Missas. E estar a gastar dinheiro público com mais projetos da Câmara, megalómanos, não contem connosco; já bem basta aquilo que está a ser feito no centro da cidade de Lisboa, que vão ficar ??? para nós todos, em breve, quando só tivermos ruas, ruelas e becos, e deixarmos de ter avenidas.

Portanto, neste momento, estamos à espera que a Câmara se digno receber-nos para expormos esta matéria. Mas, mesmo assim, não desisto; vieram ter connosco, e estou muito esperançado nesses investidores, se eles quiserem, porque, realmente, pode haver hipóteses de poderem custear aquilo. Mas, eu não acredito

que cento e cinquenta mil euros (150.000€) seja o valor para se recuperar aquilo. Acho que é um desperdício de dinheiro público, acho que é um exagero. E é só de quem faz projetos para outros executarem, não para executar. E vou rever isso junto da Câmara de Lisboa.

É esta a informação que lhe posso dar. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito bem. Ana Varela Coelho.

Ana Coelho (PS): Eu peço desculpa, eu estava com esperança de que no fim de todas as intervenções, o Sr. Presidente nos falasse um pouco desta questão das várias ações que estão em curso na freguesia, e de como elas têm decorrido, mas pronto, espero que fique para uma próxima oportunidade termos um conhecimento mais detalhado destas várias ações.

Presidente do Executivo: Eu tentei cumprir ao máximo os vossos pedidos, objetivos, no referente à informação escrita, até acho, no meu entender, que até foi um bocadinho mais, que pusemos a informação financeira lá no final, para ver se tinham menos dúvidas possíveis. Mas, reparem, eu estou habituado a este tipo de dialética já, e às vezes faz-me lembrar os debates na Assembleia Municipal com o Sr. Presidente da Câmara, em que a Oposição também faz esse tipo de perguntas. Mas, isso é normal, pronto, também nunca ficam contentes com as respostas que levam. Eu estou-me a esforçar ao máximo para perceber, como lhe digo, mas é natural que não se possa perceber tudo, mas isto é normal na democracia. Às vezes faz-me lembrar a Assembleia Municipal, quando o Sr. Presidente da Câmara também está a falar e depois chega ao final, depois daqueles gritos todos, que o Sr. Presidente da Câmara está a falar para toda a gente, a pensar que toda a gente percebeu o que ele disse, e depois as pessoas vêm outra vez com perguntas, que não perceberam, e tal, e continuam a dizer que não percebem. Pronto, isto faz parte da situação. Eu tentei esclarecer o melhor possível. Se tiver alguma dúvida, continuo disponível, como sempre estarei, para lhe esclarecer as suas dúvidas. Diga-me quais é que tem, o que não conseguiu perceber da informação escrita, que eu fico à sua disposição, muito sinceramente, com toda a disponibilidade para responder a todas as dúvidas que tenha. Tenho muito prazer nisso.

Presidente da Mesa: Vamos passar à votação. Estamos a votar os Documentos Previsionais primeiro, e depois votaremos o Mapa de Pessoal para 2017. Estivemos a fazer a discussão em conjunto dos vários documentos.

Portanto, sobre os Documentos Previsionais (Orçamento, Norma de Execução Orçamental, Plano de Atividades, PPI e PPA). Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com sete (7) votos favoráveis (do PSD e do CDS), um (1) voto contra (do PCP), e quatro (4) abstenções (do Partido Socialista).

Vamos votar o Mapa de Pessoal para 2017. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com sete (7) votos favoráveis (do PSD e CDS), e cinco (5) abstenções (do Partido Socialista e do PCP).

Penso que havia um pedido de intervenção de Ana Varela Coelho.

Ana Coelho (PS): Peço desculpa, eu não me apercebi que já tínhamos discutido o Mapa de Pessoal, e realmente, tinha aqui uma questão. Portanto, eu vou justificar a abstenção dizendo que – uma vez que não tive oportunidade de dizer – que este Mapa de Pessoal parece estar bastante incompleto; nomeadamente há um aspeto que eu acho que não seria muito difícil de completar, que seria incluir a área de formação académico-profissional, já existe uma coluna no mapa para incluir essa informação, relativamente aos vários técnicos que prestam funções, e desempenham funções na Junta. Portanto, para técnicos superiores, temos indicação da área de formação três, mas temos aqui muitos para os quais não sabemos qual é a área de formação. Portanto, esta informação seria interessante.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Tratou-se de uma declaração de voto, e portanto, eu não vou dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, mas estou certo que ele poderá facultar posteriormente toda a informação. Mas, não posso dar-lhe a palavra, na medida em que nós já votámos, e portanto, a intervenção que foi feita deve ser entendida como uma declaração de voto.

Vamos passar ao Ponto n.º 5, Ratificação de protocolos e contratos celebrados com o Município de Lisboa, começando pelo Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo às Atividades de Animação e Apoio à Família 2016-2017.

Pergunto se alguém pretende intervir sobre este ponto. Pedro Rodrigues, do Partido Socialista.

Pedro Rodrigues (PS): Boa noite, novamente.

Era só para louvar este tipo de protocolos, e demonstrar, de facto, que pelos vistos também há articulação entre o município e a Junta de Freguesia. E mais uma vez, aqui o suporte que o município tem, que tem dado também a esta freguesia, é visível também, e não só neste acordo, neste protocolo de Atividades de Animação e Apoio à Família, como no outro seguinte, do ponto seguinte também, este protocolo de apoio à família, que nos parece, de facto, muito importante este suporte educacional.

E portanto, era só para reconhecer a importância destes mesmos protocolos no âmbito do apoio às famílias na nossa Junta de Freguesia.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Vejo que não há mais pedidos de informação. Vamos votar este protocolo de colaboração com o Município de Lisboa relativo às Atividades de Animação e Apoio à Família 2016-2017. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, CDS e Partido Socialista, e com a abstenção do Partido Comunista.

Vamos agora apreciar o Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo à Componente de Apoio à Família 2016-2017, é o Ponto n.º 5.2 da nossa ordem de trabalhos. Pergunto se alguém se pretende inscrever. Não é o caso.

Vamos passar à votação. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada com a mesma composição da anterior votação, com uma (1) abstenção do Partido Comunista, e com os votos favoráveis de todos os outros Grupos Políticos.

Passamos para o Ponto n.º 6, Ratificação de Protocolo com a PSP.

Dou a palavra a João Sousa, do Partido Comunista.

João Sousa (PCP): Boa noite.

Eu gostaria de colocar uma questão, se fosse possível. Tenho ideia de que a viatura já foi entregue à PSP. Já foi, de facto, entregue, ou ainda não?

Presidente do Executivo: A viatura foi entregue à PSP. Isto aqui é uma ratificação. A viatura está entregue à PSP, é uma ratificação. É uma ratificação. Não é uma aprovação, é uma ratificação.

João Sousa (PCP): Então, nesse caso, o que eu gostaria de saber é se faz sentido, uma vez que a viatura já foi entregue, nós estarmos a votar acerca disso. Percebeu a minha questão?

Presidente da Mesa: Dou a palavra ao Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Claro que percebi. Percebi, quer dizer, o senhor não é jurista, é arquiteto.

João Sousa (PCP): Ainda não sou arquiteto, mas também não sou jurista.

Presidente do Executivo: Não, vamos lá ver, isto não é uma aprovação; é uma ratificação, uma aprovação *a posteriori*. Vamos lá ver: isto é uma matéria de segurança, que para nós é muito importante, e de facto, em matérias de segurança, como havia aqui uma questão urgente para resolver, porque, realmente, os homens tinham que andar a pé, não têm veículos para se deslocar, é mesmo uma situação dramática, e já tinham feito este pedido há uns tempos. E nós tivemos que acelerar este mês – a burocracia não está nada fácil. Foi mesmo agora, nas vésperas da Assembleia, que isso se consumou. Mas, portanto, ficou resolvido o problema, a Junta aprovou isto, e depois traz aqui para ratificação, sabendo que é uma questão praticamente consensual, que é para apoiar as forças de segurança, logo para proteção da freguesia, numa matéria de segurança. Acho que na matéria de segurança não pode haver desleixos, descuido; temos que ser mais rápidos. Não queremos passar por cima da burocracia, nem é o caso, mas é um imperativo legal trazer isto à Assembleia de Freguesia, para a Assembleia de Freguesia tomar a decisão definitiva. Imagine que não aprovavam, ia o carro para a Junta, que estamos a precisar de carros também na freguesia. Não, o carro está na Polícia de

Segurança Pública, se a Assembleia assim o decidir, e pronto, e a população vai sentir-se mais segura.

João Sousa (PCP): Permita-me só dizer o seguinte: para nós, a segurança também é uma questão cara, não se trata de descurar, da nossa parte, essa questão, mas por princípio, parece-nos que faria todo o sentido primeiro aprovarmos a entrega da viatura, e depois entregá-la, de facto. É uma questão de princípio. Não se trata de relapso, nós percebemos que há necessidade de fazer com que as forças de segurança tenham a melhor resposta possível e as melhores condições possíveis, isso não está em questão, mas por princípio, se calhar perante os cidadãos, e perante esta Assembleia, ficaria melhor nós primeiro aprovarmos a entrega da viatura, e depois entregá-la, de facto. É só isso.

Presidente do Executivo: Posso? Isto, vamos lá ver: primeiro, nós estamos a substituir uma viatura que já existia. Além do mais, para nós, é uma questão cara gerir o dinheiro público, e se o carro não fosse agora registado em nome da polícia, se fosse já no próximo ano, já era mais caro, porque os carros usados aumentam de preço a partir de 1 de janeiro. De maneira que tivemos que acelerar isto, e de facto, numa matéria tão consensual, existe essa figura da ratificação, nunca nos passou pela cabeça, com certeza, que nenhuma força política estivesse interessada em não apoiar as forças de segurança na nossa freguesia. Teoricamente, podiam não aprovar, mas pronto, havia de se arranjar solução, ficávamos com o carro na Junta de Freguesia, que estamos a precisar de viaturas. Mas assim, já está acautelado, e ficou mais barato; de outra forma, no próximo ano já era mais caro. O interesse e o dinheiro público, para nós, são muito importantes. É uma questão burocrática, temos que acelerar. Hoje em dia, ainda por cima, numa altura de crise, temos de ser ainda mais criteriosos com os dinheiros públicos.

Presidente da Mesa: Eu acho que esta discussão foi absolutamente pertinente, porque o que estava aqui em causa era uma questão de princípio, perceber se não deveríamos ter tido oportunidade previamente de fazer esta aprovação, e só depois fazer a entrega, mas o Presidente da Junta de Freguesia explicou a razão, por razões de economia e de custo / eficiência. Portanto, acho que foi útil a questão colocada. Quer dizer, não tenho que opinar, mas parece-me que esta discussão teve a vantagem de clarificar um pouco por que é que estávamos a fazer isto nesta fase, e não previamente.

Vamos passar à votação. Ana Varela Coelho.

Ana Coelho (PS): Eu gostaria de colocar uma questão: também para a Bancada do PS a questão da segurança na freguesia é bastante importante, e com o aumento do risco na nossa cidade, em particular na nossa freguesia, com uma população mais volátil, que aumenta em crimes durante o dia, com mais visitantes, é natural que as questões de segurança sejam cada vez mais problemáticas. Sabemos também que na zona da Escola Secundária do Restelo sistematicamente há assaltos, e que, efetivamente, o apoio da PSP na vigilância das escolas é muito importante.

Ao vermos este protocolo, houve uma questão que para nós não está clara, e que gostaríamos que fosse esclarecida, que é uma questão que é mencionada no Ponto 2 da cláusula quarta, em que se diz que “o veículo automóvel é afeto preferencialmente ao programa de policiamento acordado”, que nós não percebemos de que se tratava. Será possível esclarecer este ponto?

Presidente da Mesa: Dou a palavra ao Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: O veículo automóvel é para ser utilizado nos termos e normas em uso na PSP. O veículo é afeto preferencialmente ao programa de policiamento acordado.

Ana Coelho (PS): Qual é o programa acordado?

Presidente do Executivo: Era o que já tínhamos anteriormente, que é o Policiamento de Proximidade, que é mais afeto aos idosos, o policiamento de proximidade e os idosos em segurança, mas agora o policiamento de proximidade... temos de ser flexíveis, para o que a polícia precisar, e que entender que, em questões de segurança, o pode utilizar, na nossa área, permitindo que a 4.^a Divisão também, em situações excecionais, a 4.^a Divisão, mas fundamentalmente em Belém. E está adstrita à 26.^a Esquadra, à Esquadra de Belém, especialmente à 26.^a Esquadra. Obviamente que num aperto, a polícia pede, e pronto, entende, e poderá levá-lo, coisas dentro da 4.^a Divisão. Agora, não é para ir para as Caldas da Rainha, ou para a zona oriental de Lisboa; é para ficar afeta à 26.^a Esquadra de Belém. Isto foi o que eu disse, policiamento de proximidade.

Também, estive lá nas escolas, mas aí há a Escola Segura, há outras situações que existem também, que vi *in loco* essa matéria.

Presidente da Mesa: Ana Varela Coelho.

Ana Coelho (PS): Eu peço desculpa, eu não sou jurista, mas perguntaria eu se esta definição do que é policiamento acordado não deveria estar explicitamente incluído neste protocolo.

Presidente do Executivo: A Sra. Doutora não é jurista, mas isto foi feito e visto pelos juristas da polícia, e nossos. E isto é o prolongamento de uma situação que já existia, acordada anteriormente.

Presidente da Mesa: Helena Ramalho, do PSD.

Helena Ramalho (PSD): Se vir a cláusula segunda, diz: “A cooperação referida na cláusula anterior baseia-se neste protocolo, tem como objetivo fomentar uma relação de proximidade direta entre a Junta de Freguesia de Belém e a 26.^a Esquadra da PSP, com o intuito de potenciar um ambiente ainda mais seguro e estável”. Penso que isto responde, uma relação de proximidade.

Presidente da Mesa: Eu penso que tratando-se da ratificação de um protocolo, esta discussão foi útil, mas não estamos em condições de alterar o protocolo. Mas, acho que seria importante a Junta de Freguesia facultar toda a informação que foi solicitada nas intervenções anteriores. E portanto, eu percebo que agora não se possa estar a detalhar o protocolo, dado que ele foi já assinado, mas as informações que foram solicitadas pelos Grupos Políticos são úteis e devem ser facultadas, designadamente o que é que significa esta matéria que terá sido acordada. Eu não sei se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia nos pode dar alguma informação adicional, ou assegurar que facultará esta informação antes da próxima reunião da Assembleia.

Presidente do Executivo: Sr. Presidente, isto é uma minuta-tipo que a polícia tem, para todo o país eles utilizam, têm tido imensos casos. Olhe, agora para a Venteira, na Amadora, foram seis, e utilizam este contrato-tipo. Agora, de facto, temos aqui um outro acerto que nós pedimos a eles para fazerem, porque punha-se a hipótese de pagarmos as manutenções, e esse tipo de situações, e nós dissemos que não. O carro é da polícia, se alguma vez ou outra estiverem atrapalhados, e se não houver outra hipótese, nós podemos pagar; agora, não fica é aqui no protocolo a dizer que vamos pagar as manutenções dos carros. Portanto, tirámos algumas coisas que estavam indefinidas.

Agora, para nós, isto foi sempre entendido como um prolongamento do acordo que já tínhamos com a polícia anteriormente, e de facto, é para apoiar a 26.^a Esquadra, nesta relação de proximidade que nós temos aqui, para criar um ambiente mais seguro aqui na freguesia. Foi esse o objetivo.

Ana Coelho (PS): Nós estamos completamente de acordo com o objetivo, e parece-nos ser importante; é só uma questão de ficar efetivamente esclarecido. Deveria lá estar, parece-me a mim – e agora vou ser jurista – parece que esta informação, se não estivesse aqui descrita, teria que apontar para qualquer documento que já estivesse aprovado, e que estivesse descrito. Mas, pronto, acho que ficaríamos bastante satisfeitos se o Sr. Presidente, tal qual foi sugerido pelo Sr. Presidente da Assembleia, se facultasse essa informação, e ficasse escrita essa informação, esse esclarecimento.

Presidente do Executivo: Mas, desculpe lá, a cláusula primeira, n.º 2, diz: A referida doação destina-se à promoção da cooperação entre a Junta de Freguesia e a Polícia de Segurança Pública, a fim de potenciar as oportunidades de reforço e delegação de atribuições de ambas, no garante de uma freguesia mais segura, na componente da PSP e na componente da freguesia. E depois, a cooperação referida na cláusula anterior baseia este protocolo no objetivo de fomentar a relação de proximidade entre a Junta de Freguesia e a 26.^a Esquadra da PSP, com o intuito de criação de um ambiente ainda mais seguro e estável. O que é que quer dizer com isto? Quer que diga que usamos algemas, ou binóculos para ver os bandidos?

Margarida Cabral (PSD): Não, o que me está a parecer aqui é que a expressão “programa de policiamento acordado”, para além de raramente usada, não se quis fazer nenhuma referência a nenhum programa de policiamento acordado. O que se quis fazer referência foi que o veículo automóvel é afeto fundamentalmente aos fins

referidos na cláusula segunda. É isso o que está aqui, ou o que se queria dizer, porque senão, de facto, devia haver aqui um programa de policiamento que fosse um anexo. Agora, quer dizer, julgo que são detalhes jurídicos, concordo que poderia estar juridicamente mais apurado o protocolo, mas fica claro para que é que vai ser usado. Não me parece que haja aqui risco nenhum de ser mal usado, e ficará claro que é entre a polícia e a freguesia, para que fim se destina. Eu estou confortável em ratificá-lo.

Presidente do Executivo: Sinceramente, eu pus isto a discussão, eu pus isto a ser analisado pelos nossos juristas, dei uma vista de olhos, pareceu-me pacífico, era o prolongamento de uma situação que nós já tínhamos, é um programa-tipo que a PSP usa no dia a dia com diversas Câmaras e Juntas de Freguesia pelo país fora – enfim, fiz algumas mudanças, mas pareceu-me que era razoável, pacífico. Muito sinceramente, nem achei necessidade de enviar para o jurista.

Presidente da Mesa: Mas, eu também não acredito que esteja aqui mencionado o programa acordado, e que não tenha havido algum programa anterior.

Se concordarem, vamos fazer da seguinte forma: o Sr. Presidente da Junta de Freguesia tentará apurar as informações que foram solicitadas pelos vários Grupos Políticos, e facultar por escrito essa informação aos Grupos Políticos antes da próxima reunião da Assembleia de Freguesia, para se perceber se, de facto, existe, ou não, um programa de policiamento acordado.

Presidente do Executivo: Não, é o programa de policiamento de proximidade. Eu acabei de referir que existe um programa de policiamento de proximidade. Aliás, o último carro que nós tínhamos, se é policiamento de proximidade e Idosos em Segurança, e o carro foi para abater, e agora arranjámos um outro para substituir esse que estava desde 2002. Desde 2002. Agora, se havia um outro carro, até com os ??? aí a funcionar, e serviu para fazer uma Operação STOP, o carro da Junta? ??? e nós não levantámos problemas, como é evidente, que é para a atividade da polícia, em geral.

Presidente da Mesa: Vamos votar. Eu não quero entrar no debate, mas queria apenas sinalizar, que me parece importante, que o Estado Central não se subtraia às suas responsabilidades na circunstância de a Junta de Freguesia estar a fazer um protocolo cedendo uma viatura, na medida em que o Estado, independentemente do Governo que está em funções, o Estado tem as responsabilidades centrais sobre as questões de segurança. E portanto, acho que há uma questão de princípio, que é saber que esta viatura e este protocolo não diminuem em nada as responsabilidades que o Estado tem em relação à Freguesia de Belém. E acho que sobre isso, estamos todos unidos, julgo que não é matéria de grande divergência.

Vamos votar. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com os votos favoráveis do PSD, CDS e Partido Socialista, e com o voto contra do Partido Comunista.

Vamos passar ao Ponto n.º 7, Ratificação do Contrato-Programa das AEC's.

Pedro Rodrigues, do Partido Socialista.

Pedro Rodrigues (PS): Boa noite, novamente.

Era só para mais uma vez louvar este tipo de contratos-programa que, de alguma forma, dão apoio a esta Junta de Freguesia na componente do enriquecimento escolar, no ensino básico, que nos parece fundamental, e que é uma verba já significativa, setenta e um mil, setecentos e cinquenta euros (71.750€), que nos parece bastante interessante. E portanto, é de louvar mais uma vez este tipo de apoios, e a forma como eles depois são implementados na freguesia. Parece-nos, de facto, muito importante, e era só para salientar esse facto.

Presidente da Mesa: Vamos votar. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com os votos do PSD, CDS e PS, e com uma (1) abstenção, do Partido Comunista.

Ponto n.º 8, Informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia.

A informação escrita foi distribuída, pelo que concluímos a nossa ordem de trabalhos. Fernanda Paredes.

Fernanda Paredes (PS): Em relação à informação escrita, queria só deixar alguns comentários breves, porque se trata também de uma informação escrita que o Sr. Presidente nos faculta sobre as atividades desenvolvidas desde setembro até novembro, e que também neste relatório nos entrega a situação financeira, o que, de facto, é muito vantajoso para compreendermos como é que estamos de saúde financeira. E neste sentido, consideramos que a freguesia está de boa saúde, efetivamente verificamos que as receitas são superiores às despesas, e portanto, tem havido uma boa gestão dos dinheiros públicos, e que, efetivamente, estes saldos positivos que aqui se verificam podem reverter ainda mais no benefício e na resposta aos fregueses, e aos pedidos que os fregueses aqui fazem, e que vão deixando ao longo destas sessões, e que, em muitos casos, podem, de facto, ser reparados e ser atendidos.

Relativamente às atividades, de uma forma geral, nós gostaríamos de deixar a nota de que nas próximas, se o Sr. Presidente assim o entender, seria muito importante que nos pudesse dar também números sobre estas atividades. Os números têm esta facilidade: são objetivos, e portanto, não mascaram a realidade, e deixam-nos a todos com um melhor esclarecimento sobre aquilo que se está a passar. E nomeadamente aqui na área da ação social, de facto, há aqui um trabalho muito bom por parte da Junta no atendimento aos fregueses, e na resposta àqueles que são mais vulneráveis; no entanto, nós gostaríamos de saber no que é que isto se traduz, quantas pessoas é que beneficiam destes serviços, efetivamente. Em alguns casos, esta informação é dada, mas infelizmente não é dada em todas as atividades que são desenvolvidas. Já sabemos dos cabazes solidários, embora fiquemos a aguardar alguma informação mais sobre esta atividade na próxima Assembleia. Mas, relativamente ao Programa de Envelhecimento Ativo, quantas pessoas é que estão a participar, no Projeto Intervir, também. Por exemplo, dá-se

um exemplo, mas face ao trabalho que é desenvolvido, estou certa de que haverá mais atividades que são realizadas, e de que nós gostaríamos de ter conhecimento. O mesmo em relação ao Gabinete de Cidadania, que diz que continua a ter uma grande adesão. Nós gostaríamos de conhecer com objetividade qual é esta adesão, efetivamente quantas pessoas recorrem, e com que assuntos, a este gabinete. O mesmo em relação ao Gabinete de Inserção Profissional, quais são os resultados, quais são os sucessos alcançados, uma vez que se trata de uma atividade importante para ajudar as pessoas que eventualmente estejam desempregadas, ou à procura de emprego. Portanto, é muito importante dar números sobre estas atividades, para que a avaliação seja mais objetiva. O caso também do atendimento social, que se classifica de grande qualidade. E pronto, de facto, para podermos constatar este sucesso, gostaríamos de ter alguns números que referenciassem o mesmo.

Depois, também em relação às verbas que foram atribuídas pela Junta, há aqui algumas que nos suscitam curiosidade. E se algumas, embora sejam verbas que aqui estão, que se consegue perceber a que se destinam, há outras que deixam curiosidade, nomeadamente quanto ao montante. Tem a ver com a Federação Portuguesa de Xadrez, a que foi atribuído o montante de cinco mil, duzentos e vinte e cinco euros (5.225€), nas AEC's, são as Atividades de Enriquecimento Curricular. Eu devo presumir que haja aqui um protocolo para o desenvolvimento destas atividades, e que seja este o valor de atribuição. Mas, gostava de ter este esclarecimento.

E de uma forma geral e breve, eram acima de tudo estas notas que aqui queríamos deixar: procurar que esta informação seja o mais objetiva possível, e que nós possamos assim compreender onde é que está a ser gasto o dinheiro dos contribuintes.

Presidente da Mesa: Dava a palavra ao Sr. Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Olhe, sobre esse facto da Federação de Xadrez, foi para esse efeito, e tivemos, aliás, até como referência outras situações idênticas. Os professores vão ganhar sempre doze euros e meio (12,50€) por hora. É mais ou menos a média do que ganhavam, doze euros e meio (12,50€) por hora. De facto, nós agora queremos mudar as instalações, estamos a pôr as instalações mais operacionais, da ação social, ali ao lado do antigo restaurante, estamos a instalar-nos neste momento, vamos ficar com melhores condições, e esperamos ir cada vez melhorando a nossa capacidade, além de intervenção, também de obtenção de elementos estatísticos mais fiáveis, para as pessoas terem uma ideia, de facto, da população abrangida. Podemos melhorar.

Também, não sei se repararam, aí na página 6, pusemos aí já o novo Brasão de Belém, que foi feito pelos nossos jardineiros ali ao pé do Jerónimos, e queremos contradizer o Sr. Vereador Sá Fernandes, que diz que é impossível ??? atualmente ser realizada, provámos que isso não é verdade, que é uma realidade, e que isso pode ser feito, com o Brasão de Belém, posto ali ao lado do Jerónimos, mesmo em

frente à Praça do Império, aos tais brasões que nos pretendem, neste momento, cortar a cabeça de vez, e substituí-los por um outro jardim. Esperemos que não vá para a frente, que o Património Cultural não autorize a ir para a frente. Mas, pronto, era isso, está aí no essencial, aquela matéria que achamos primordial da nossa atividade.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Antes de encerrarmos, gostava de recordar que ficou acordado nesta reunião que em relação ao Parque das Descobertas, que seria solicitada pela Junta de Freguesia informação à Câmara Municipal sobre as intenções que existem relativamente a esse projeto, para que não exista nenhuma surpresa, que formalmente a Junta de Freguesia possa solicitar essa informação à Câmara Municipal. E por outro lado, em relação ao protocolo com a PSP, que possa ser facultada alguma informação adicional que exista.

Resta-me desejar a todos um feliz natal, e um bom ano de 2017, esperando que a circunstância de haver eleições no próximo ano não torne estas reuniões tão acaloradas como tivemos no início, que acabou por tudo resultar bem.

E agora, vamos fazer a leitura da ata em minuta. Manuel Machado.

Manuel Machado (1.º Secretário): Ata em minuta:

“Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foram apreciadas em Reunião Ordinária de 22 de dezembro de 2016 as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta.

Apreciação e aprovação da ata da reunião de 27 de setembro de 2016. Aprovada com quatro (4) votos a favor do Partido Socialista, um (1) do CDS-PP e cinco (5) do PSD, e um (1) voto contra do PCP.

Apreciação e aprovação dos Documentos Previsionais (Orçamento, Norma de Execução Orçamental, GOP's – Plano de Atividades, PPI e PPA). Aprovado. Votos a favor, sete (7), do PSD e CDS-PP; votos contra, um (1), do PCP; abstenções, quatro (4), do Partido Socialista.

Mapa de Pessoal de 2017. Aprovado. Votos a favor, sete (7), do PSD e CDS-PP; abstenções, cinco (5), do PCP e do Partido Socialista.

Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo às Atividades de Animação e Apoio à Família. Aprovado. Votos a favor, onze (11), do PSD, PS e CDS-PP; uma (1) abstenção, do PCP.

Protocolo de Colaboração com o Município de Lisboa relativo à Componente de Apoio à Família 2016-2017. Aprovado. Votos a favor, onze (11), do PSD, PS e CDS-PP; uma (1) abstenção, do PCP.

Ratificação de Protocolo com a PSP. Aprovado. Votos a favor, onze (11), do PSD, PS e CDS-PP; um (1) voto contra, do PCP.

Ratificação do Contrato-Programa das AEC's. Aprovado. Votos a favor, onze (11), do PSD, PS e CDS-PP; uma (1) abstenção, do PCP.

Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do supracitado Regime Jurídico das Autarquias Locais, eu, Manuel Machado, a lavrei.

Belém, 22 de dezembro”

Presidente da Mesa: Muito bem. Está encerrada a nossa reunião. Muito obrigado.